



MUNICÍPIO DE GARANHUNS

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 013/2024	PREGÃO ELETRONICO Nº 012/2024
TIPO: MENOR PREÇO	REGIME: POR LOTE
CERTAME REALIZADO NO SÍTIO: https://bnc.org.br/	
ÓRGÃO SOLICITANTE: FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE GARANHUNS	

EDITAL

PREÂMBULO

O FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE GARANHUNS, pessoa jurídica de direito público interno, com sede rua Joaquim Távora, s/n – Heliópolis – Garanhuns/PE, inscrito no CNPJ Nº. 10.782.874/0001-00, por meio da Secretaria Municipal de Assistência Social e Direitos Humanos, neste ato representada pela Secretária, Inês Eliane Afonso Ferreira Madeira, com base na Lei Municipal 3878/2013, torna público a instauração da licitação na modalidade **PREGÃO**, do tipo **MENOR PREÇO**, critério de julgamento **POR LOTE**, em sua forma **Eletrônica**, sobo regime de execução indireta, de acordo com a Lei Federal nº 14.133/21, de 01 de abril de 2021, Decreto Municipal nº 049, de 04 de setembro de 2023, Decreto Municipal nº 050, de 04 de setembro de 2023, Lei nº 3918/2013 e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as disposições fixadas neste Edital e anexos.

LOCAL DA SESSÃO PÚBLICA	Site: https://bnc.org.br/
INÍCIO DO ACOLHIMENTO DAS PROPOSTAS	Dia 24/07/2024 às 09:00h
LIMITE PARA ACOLHIMENTO DAS PROPOSTAS	Dia 05/08/2024 às 09:00h
ABERTURA DAS PROPOSTAS	Dia 05/08/2024 às 09:00h
INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA	Dia 05/08/2024 às 10:00h
REFERÊNCIA DE TEMPO	HORÁRIO DE BRASÍLIA
MODO DE DISPUTA	ABERTO
LOCAL PARA RETIRADA DO EDITAL E SEUS ANEXOS: o edital completo está disponível para consulta e cópia na internet no endereço: www.bnc.org.br .	

Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário e locais anteriormente estabelecidos, desde que não haja comunicação do(a) pregoeiro(a) em contrário.

Havendo divergência entre as informações constantes do registro da licitação no <https://bnc.org.br/> e as constantes deste Edital e de seus anexos, prevalecerão as últimas.

1.0 DO OBJETO, DO VALOR MÁXIMO ADMITIDO E DOS ANEXOS DO EDITAL

1.1 Constitui objeto deste edital é a aquisição parcelada de Mobiliário Corporativo, para entrega parcelada, destinados a Secretaria de Assistência Social e Direitos Humanos, conforme quantidades e características existentes no lote único, e demais condições presentes no Termo de Referência.

1.2 O valor Global para a contratação objeto deste Edital é de **R\$ 505.363,00 (quinhentos e cinco trezentos e sessenta e três reais)**.



MUNICÍPIO DE GARANHUNS

- 1.3 A licitação será dividida em LOTES, conforme tabela constante do Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse, devendo oferecer proposta para todos os itens que os compõem,.
- 1.4 São Anexos do Edital:
- 1.4.1 Termo de Referência e Anexos (Anexo I);
 - 1.4.2 Estudo Técnico Preliminar - Apêndice I
 - 1.4.3 Minuta do Contrato (Anexo II);
 - 1.4.4 "Modelo" da Declaração Conjunta (Anexo III);
- 1.5 Os anexos constantes no subitem anterior são parte integrante e inseparável do presente Edital.

2.0 DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

2.1 Poderão participar deste Pregão, os interessados e as empresas do ramo pertinente ao seu objeto, legalmente constituídas e que satisfaçam as condições estabelecidas neste Edital e seus anexos e que estejam previamente credenciadas perante à "**BOLSA NACIONAL DE COMPRAS** (<https://bnc.org.br/>)".

2.1.1 Para acesso ao sistema eletrônico, os interessados em participar do Pregão deverão dispor de chave de identificação e senha pessoal (intransferíveis), obtidas junto plataforma eletrônica.

2.1.2 O custo de operacionalização pelo uso da Plataforma de Pregão Eletrônico, a título de remuneração pela utilização dos recursos da tecnologia da informação ficará a cargo do licitante, que poderá escolher entre os Planos de Adesão disponíveis no site detentor da plataforma eletrônica <https://bnc.org.br/>.

2.2 É vedada a participação de empresa:

2.2.1 Aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

2.2.2 Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

2.2.3 Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

2.2.4 Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

2.2.5 Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

2.2.6 Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;



MUNICÍPIO DE GARANHUNS

2.2.7 Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

2.2.8 Agente público do órgão ou entidade licitante;

2.2.9 Pessoas jurídicas reunidas em consórcio;

2.2.10 Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

2.2.11 Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do Município de Garanhuns, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

2.3 O impedimento de que trata o item 2.2.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

2.4 A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 2.2.2 e 2.2.3 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

2.5 Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

2.6 O disposto nos itens 2.2.2 e 2.2.3 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

2.7 Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/2021.

2.8 A vedação de que trata o item 2.2.8 estende-se aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, conforme art. 14 inciso IV da Lei 14.133/21.

2.9 O Pregão Eletrônico será realizado em sessão pública, exclusivamente por meio da INTERNET, mediante condições de segurança – criptografia e autenticação – em todas as suas fases.

3.0 DO CREDENCIAMENTO E DAS RESPONSABILIDADES DO USO DO SISTEMA ELETRÔNICO

3.1 O licitante, caso não seja credenciado, deverá providenciar previamente, o seu credenciamento perante o “BNC - BOLSA NACIONAL DE COMPRAS”, mediante atribuição de chave de identificação e de senha pessoal e intransferível, para acesso ao sistema eletrônico, onde também



MUNICÍPIO DE GARANHUNS

deverão informar-se a respeito do seu funcionamento e regulamento e receber instruções detalhadas para sua correta utilização.

3.2 O uso da senha de acesso pelo licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou ao órgão promotor da licitação responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

3.3 O credenciamento junto ao provedor do sistema implica na responsabilidade legal do licitante ou seu representante legal, e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes ao pregão eletrônico.

3.4 A perda da senha ou a quebra de sigilo deverão ser comunicadas imediatamente ao suporte da plataforma eletrônica, para imediato bloqueio de acesso.

3.5 O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluindo a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.6 Incumbirá ainda ao licitante acompanhar as operações e mensagens no sistema eletrônico, durante e após a sessão pública do pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

3.7 Nos casos de dificuldades ou falhas no acesso ao sistema, desconexões, erros de autenticação ou bloqueio de acesso, não caberá ao órgão promotor da licitação a responsabilidade sobre a prestação de suporte ou por eventuais perdas decorrente da perda de negócios diante da impossibilidade de acesso.

3.8 Qualquer dúvida em relação ao acesso no sistema operacional poderá ser esclarecida pelo telefone: **Curitiba-PR (42) 3026-4550, ou através da Bolsa Nacional de Compras ou pelo e-mail contato@bnc.org.br.**

4.0 DO REGIME DIFERENCIADO PARA EMPRESAS EM REGIME ME OU EPP

4.1 Será concedido tratamento diferenciado para as empresas enquadradas como microempresas ou empresas de pequeno porte, nos termos da Lei Federal nº 14.133/21, Lei Complementar nº 123/2006 (alterada pela Lei Complementar nº 147/2014), desde que a(s) referida(s) empresa(s) faça(m) a opção em local específico no sistema.

4.1.1 A microempresa ou empresa de pequeno porte, além da apresentação da declaração para fins de habilitação, deverá, quando do cadastramento da proposta inicial de preço a ser digitado no sistema, verificar nos dados cadastrais se assinalou o regime ME/EPP no sistema conforme o seu regime de tributação para fazer valer o direito de prioridade do desempate. Art. 44 e 45 da LC 123/2006.

4.1.2 A declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação, à conformidade da proposta ou ao enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte sujeitarão o licitante às sanções previstas neste Edital, sem prejuízo das demais penalidades previstas em Lei.

4.1.3 A obtenção do benefício disposta nos itens anteriores, fica limitada às microempresas e às



MUNICÍPIO DE GARANHUNS

empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

4.1.4 As disposições constantes nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123/2006, não são aplicadas:

- a) No caso de licitação para aquisição de bens ou contratação de serviços em geral, ao item cujo valor estimado for superior à receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte;
- b) No caso de contratação de obras e serviços de engenharia, às licitações cujo valor estimado for superior à receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

5.0 DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

5.1 Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

5.2 Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto no item 9 deste Edital.

5.3 No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

5.3.1 Está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

5.3.2 Não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

5.3.3 Não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

5.3.4 Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

5.4 Caso permitido a participação, o licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.5 O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei



MUNICÍPIO DE GARANHUNS

n.º 14.133, de 2021.

5.6 No item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

5.7 A falsidade da declaração de que trata os itens 5.3 ou 5.6 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

5.8 Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

5.9 Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

5.10 Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

5.11 Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

5.12 Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

5.13 O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

5.14 A partir da data e horário indicados no preâmbulo deste edital terá início o período de acolhimento das propostas iniciais, as quais deverão ser inseridas em local específico no Sistema Eletrônico.

5.15 Para formulação das propostas iniciais deverá ser considerado os **valores unitários**, indicada no termo de referência pertinente.

5.16 Serão desclassificadas as propostas que após decorrida a etapa de lances, mantenham valores superiores ao máximo admitido para o lote ou que não atenderem as exigências deste edital, inclusive do subitem anterior.

5.17 Os licitantes deverão anexar propostas com a descrição do objeto ofertado, preço, no respectivo campo do sistema do bolsa nacional de compras - BNC, em formato PDF, WORLD ou EXCEL , ou podendo ainda, digitar no campo de observações adicionais, até a data e hora marcadas para abertura da sessão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, quando, então, encerrar-se-á, automaticamente, a fase de recebimento de propostas, sob pena de desclassificação.

5.18 É vedada a identificação da licitante em qualquer parte do sistema bnc, exceto na proposta em pdf anexada junto ao sistema BNC, até o final da sessão pública de lances, sob pena de desclassificação.

5.19 O(a) pregoeiro(a) poderá suspender a sessão pública do Pregão quando constatar que a avaliação da conformidade das propostas, irá perdurar por mais de um dia.

5.20 Após a suspensão da sessão pública, o(a) pregoeiro(a) enviará, via chat, mensagens às licitantes informando a data prevista para o início da oferta de lances.



MUNICÍPIO DE GARANHUNS

5.21 O encaminhamento de proposta pressupõe o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação previstas no Edital. O Interessado será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances.

6.0 DOS PROCEDIMENTOS E DA FORMULAÇÃO DOS LANCES

6.1 A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicado neste Edital.

6.2 O(a) Pregoeiro(a) verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis ou não apresentem as especificações exigidas no Termo de Referência.

6.3 Também será desclassificada a proposta que identifique o licitante.

6.4 A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

6.5 A aceitação inicial da proposta não impede que mediante análise posterior, seja aferida a sua compatibilidade com os termos deste instrumento convocatório e seus anexos, podendo ocasionar na sua desclassificação.

6.6 O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

6.7 O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o(a) Pregoeiro(a) e os licitantes.

6.8 Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

6.9 O lance deverá ser ofertado pelo valor do LOTE.

6.10 Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas neste Edital.

6.11 O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

6.12 Intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de R\$ 0,10 (dez centavos).

6.13 Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa **“aberto”**, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

6.14 A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.



MUNICÍPIO DE GARANHUNS

- 6.15 A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
- 6.16 Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.
- 6.17 Encerrada a fase competitiva sem que haja a prorrogação automática pelo sistema, poderá o(a) pregoeiro(a), assessorado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da sessão pública de lances, em prol da consecução do melhor preço.
- 6.18 Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado primeiro.**
- 6.19 Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- 6.20 No caso de desconexão com o(a) Pregoeiro(a), no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
- 6.21 Quando a desconexão do sistema eletrônico para o(a) pregoeiro(a) persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo(a) Pregoeiro(a) aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
- 6.22 O Critério de julgamento adotado será o MENOR PREÇO POR LOTE, conforme definido neste Edital e seus anexos.
- 6.23 Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta inicial.
- 6.24 Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o(a) pregoeiro(a) deverá promover negociação pelo sistema eletrônico com o licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital.
- 6.25 A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.
- 6.26 Após a negociação do preço, o(a) Pregoeiro(a) iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.
- 6.27 Após a fase de lances, se a proposta mais bem classificada não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte, e houver proposta de microempresa ou empresa de pequeno porte que seja igual ou até 5% (cinco por cento) superior à proposta mais bem classificada, proceder-se-á da seguinte forma:
- a) A microempresa ou a empresa de pequeno porte mais bem classificada poderá, no prazo de 5 (cinco) minutos, contados do envio da mensagem automática pelo sistema, apresentar uma última oferta, obrigatoriamente inferior à proposta do primeiro colocado, situação em que, atendidas as exigências habilitatórias e observado o valor máximo admitido para a contratação, será adjudicado em seu favor o objeto deste **Pregão**;



MUNICÍPIO DE GARANHUNS

b) Não sendo vencedora a microempresa ou a empresa de pequeno porte mais bem classificada, na forma da condição anterior, o sistema, de forma automática, convocará as licitantes remanescentes que porventura se enquadrem na situação descrita nesta condição, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;

c) A convocada que não apresentar proposta dentro do prazo de 5 (cinco) minutos, controlados pelo Sistema, decairá do direito previsto nos artigos 44 e 45 da Lei Complementar n.º 123/2006;

6.28 Na hipótese de não contratação de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, o procedimento licitatório prossegue com as demais **licitantes**.

6.29 O(A) pregoeiro(a) solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de até 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

6.30 É facultado ao(a) pregoeiro(a) prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findar o prazo.

7.0 DOS CRITÉRIOS DE JULGAMENTO

7.1 O JULGAMENTO OBEDECERÁ AO CRITÉRIO DE **MENOR PREÇO POR LOTE**, SEGUNDO VALORES DE CADA ITEM NO ANEXO I DO TERMO DE REFERÊNCIA.

7.2 NA PROPOSTA ELABORADA deve estar incluso nos preços ofertados todos os tributos, mão de obra, taxas, encargos sociais, trabalhistas e previdenciários, e quaisquer outros custos e despesas que incidam sobre a compra do objeto. Não será permitido, portanto, que tais encargos sejam discriminados em separado.

7.3 Na hipótese de inversão das fases de habilitação e julgamento, caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

7.4 Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o(a) pregoeiro(a) verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com o item 4.0 deste edital.

7.5 Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o(a) pregoeiro(a) examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos.

7.6 Será desclassificada a proposta vencedora que:

- (a) contiver vícios insanáveis;
- (b) não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;
- (c) apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;
- (d) não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
- (e) apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos,



MUNICÍPIO DE GARANHUNS

desde que insanável.

7.7 No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

7.8 A inexequibilidade, na hipótese de que trata o item 7.7, só será considerada após diligência do(a) pregoeiro(a), que comprove:

- (a) que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e
- (b) inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

7.9 Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado no sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

7.10 O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

7.11 Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

7.12 Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

7.13 Da sessão pública do Pregão divulgar-se-á a Ata no sistema eletrônico.

8.0 DA PROPOSTA DE PREÇOS PÓS-FASE DE LANCES

8.1 A proposta de preços da licitante classificada provisoriamente em primeiro lugar (arrematante) deverá ser encaminhada no prazo de até **02 (duas)** horas, redigida em papel timbrado da licitante, por meio mecânico ou informatizado, de forma clara e inequívoca, sem emendas, rasuras ou entrelinhas, assinada na última folha e rubricada nas demais pelo seu titular ou representante legal, devidamente identificado, nela constando obrigatoriamente:

8.1.1 Razão Social, CNPJ, Inscrição Estadual (se exigida para habilitação) endereço, CEP, E-mail, telefone e/ou fax;

8.1.2 Prazo de entrega ou do início da prestação dos serviços (após o recebimento da ordem de serviço, quando for o caso);

8.1.3 Prazo de validade da proposta, não inferior a 60 (sessenta) dias;

8.1.4 Descrição precisa do item e o prazo, inclusive a marca dos produtos ofertados, devendo obrigatoriamente atender as especificações neste edital e seus anexos;

8.1.5 Conter a indicação do Banco, número da conta e agência do licitante vencedor, para fins de pagamento

8.1.6 Ser apresentada com preços expressos em moeda corrente nacional (real), utilizando duas casas decimais após a vírgula, discriminados por Item, Lote e Global, em algarismo (unitário e total);



MUNICÍPIO DE GARANHUNS

8.1.7 Só será aceita a proposta cujo valor ofertado for igual ao arrematado ou inferior a este, sob penade desclassificação.

8.2 O prazo estipulado no subitem 8.1 poderá ser prorrogado, a critério do(a) pregoeiro(a) da disputa, desde que apresentada motivação por parte da empresa arrematante.

8.3 Após receber a proposta readequada, esta será prontamente analisada dentro do prazo estipulado pelo condutor do processo durante a sessão. Após a análise, a sessão será retomada para divulgação da empresa classificada, **permitindo o envio dos documentos de habilitação dentro do prazo estipulado de até 2 horas após a solicitação.**

8.4 Quaisquer tributos, custos e/ou despesas diretas ou indiretas omitidas na proposta ou incorretamente cotados, serão considerados como inclusos nos preços, não sendo aceitos pleitosde acréscimos, a esse ou qualquer outro título, devendo o(s) produto(s)/serviço(s) ser(em) fornecido(s) sem ônus adicionais.

8.5 As licitantes arcarão com todos os custos decorrentes da elaboração e apresentação de suas propostas, sendo que a Prefeitura Municipal de Garanhuns não será, em nenhum momento, responsável por esses custos, independentemente do resultado do processo licitatório.

8.6 Qualquer desconformidade dos valores das planilhas com a legislação tributária, com encargossociais ou outros, a licitante ficará sujeita a pena de desclassificação.

8.7 A licitante que abandonar o certame, deixando de enviar a documentação indicada nesta seção, será desclassificada e sujeitar-se-á às sanções previstas neste Edital,assegurando-lhe o direito à ampla defesa.

8.8 Se a proposta não for aceitável, ou se o licitante não atender às exigências de habilitação, o(a) pregoeiro(a) examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a seleção da proposta que melhor atenda a este Edital.

8.9 Como forma de comprovação das características técnicas, serão aceitos os documentos a seguir listados, SOB PENA DE DESCLASSIFICAÇÃO:

- a) Catálogos, prospectos, folhetos, manuais e outros documentos emitidos pelo fabricante, não sendo aceitos documentos de qualquer natureza produzidos com a finalidade específica de possibilitar e qualificar tecnicamente a proposta da licitante;
- b) Documento oficial emitido pelo fabricante do equipamento, para os casos onde não seja possível a comprovação das características técnicas por meio dos documentos antes relacionados;
- c) A indicação do endereço completo da página específica do fabricante (URL) na qual se encontram as comprovações.

8.10 Constatado o atendimento às exigências fixadas neste Edital, o licitante será declarado vencedor.

9.0 DA DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO

9.1 Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de



MUNICÍPIO DE GARANHUNS

habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021, **no prazo de até 02 (duas) horas**. A apresentação dos Documentos de Habilitação será exclusivamente por meio do sistema, (o não encaminhamento dos documentos de habilitação por meio do sistema acarretará na inabilitação da empresa).

9.2 O (a) pregoeiro(a) verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e no item 5.3 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta ao seguinte cadastro:

9.3 Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica, mantido através do Tribunal de Contas da União (<https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/>);

9.4 Consulta de Pessoa Física, mantido através do Tribunal de Contas da União (<https://contas.tcu.gov.br/ords/f?p=704144:3:5868431818166::NO:3,4,6::>);

9.5 A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992.

9.6 Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação

9.7 Havendo a **necessidade de envio de documentos de habilitação complementares**, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, o licitante será convocado a encaminhá-los, em formato digital, via sistema, no **prazo de 02 (duas) horas**, sob pena de inabilitação.

9.8 Somente haverá a necessidade de comprovação da apresentação dos documentos originais, quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.

9.9 Quanto a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

9.9.1 Se o consórcio não for formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte e o termo de referência exigir requisitos de habilitação econômico-financeira, haverá um acréscimo de 10%, para o consórcio em relação ao valor exigido para os licitantes individuais.

9.10 Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021).

9.11 Será verificado se o licitante apresentou, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

9.12 O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

9.13 Para a habilitação nas licitações exigir-se-á dos interessados, exclusivamente,



MUNICÍPIO DE GARANHUNS

documentação relativa a:

- 9.13.1 Habilitação jurídica;
- 9.13.2 Qualificação econômico-financeira;
- 9.13.3 Regularidade fiscal;
- 9.13.4 Regularidade trabalhista;
- 9.13.5 Qualificação técnica.

9.14 DOCUMENTAÇÃO PARA HABILITAÇÃO JURÍDICA

9.14.1 **Para Empresas Individuais:** Declaração de constituição registrada na Junta Comercial acompanhada das respectivas alterações, quando houver;

9.14.2 **Para Sociedade Empresária:** Ato constitutivo, ou contrato social em vigor, o qual deverá estar devidamente consolidado e acompanhado das posteriores alterações, se houver (Lei Federal nº 11.127, de 28 de junho de 2005);

9.14.3 **Para Sociedade por Ações (sociedade empresária do tipo S/A):** Ato constitutivo e alterações subsequentes, acompanhados de documentos de eleição de seus administradores, em exercício;

9.14.4 **Para Sociedade Civil (sociedades simples):** Inscrição do ato constitutivo e alterações subsequentes, devidamente registrados no Registro Civil das Pessoas Jurídicas, acompanhado de prova da diretoria em exercício;

9.14.5 **Para Empresa ou Sociedade Estrangeira em funcionamento no País:** Decreto de autorização e ato de registro e autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

9.14.6 **Em se tratando de microempreendedor individual – MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br;

9.14.7 A documentação referente aos itens 9.14.1 a 9.14.6 devem vir obrigatoriamente acompanhada da cópia de qualquer documento oficial com foto do responsável legal da empresa.

9.15 QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

9.15.1 **Balço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais (2022 e 2023), já exigíveis e apresentadas na forma da Lei,** que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados, quando encerrados há mais de 03 (três) meses da data de apresentação da proposta, tomando como base a variação, ocorrida no período, do ÍNDICE GERAL DE PREÇOS — DISPONIBILIDADE INTERNA — IGP-DI, publicado pela Fundação Getúlio Vargas – FGV ou de outro indicador que o venha substituir;

9.15.2 Serão considerados como na forma da Lei, o Balço Patrimonial e Demonstrações Contábeis assim apresentados:

I. Na sociedade Anônima regida pela Lei nº 6.404/76:

- a) Por fotocópia registrada ou autenticada na Junta Comercial da sede ou domicílio



MUNICÍPIO DE GARANHUNS

da licitante;

- b) Publicação do Diário Oficial ou em jornal de grande circulação;

II. Na Sociedade Limitada (LTDA):

- a) Fotocópia dos Termos de Abertura e de Encerramento EXTRAÍDOS do Livro Diário, devidamente autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante ou em outro órgão equivalente; e
- b) Fotocópia do Balanço e das Demonstrações Contábeis devidamente registrados ou autenticados na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante;

III. Nas sociedades sujeitas a Lei Complementar nº 123/2006, de 14 de dezembro de 2006 – Novo Estatuto das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte e Microempreendedor Individual:

- a) Fotocópia dos Termos de Abertura e de Encerramento EXTRAÍDOS do Livro Diário, devidamente autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante ou em outro órgão equivalente; e
- b) Fotocópia do Balanço e das Demonstrações Contábeis devidamente registradas ou autenticados na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante;

IV. Na sociedade criada no exercício em curso:

- a) As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e ficarão autorizadas a substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

9.15.3 Com base nos dados extraídos do Balanço Patrimonial será avaliada a capacidade financeira da empresa, devendo ser atendidos os seguintes índices:

I. Índice de Liquidez Corrente

$$\text{ILC} = \text{Ativo Circulante} \div \text{Passivo Circulante} \geq 1,00$$

II. Índice de Liquidez Geral

$$\text{ILG} = \text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo} \div \text{Passivo Circulante} + \text{Exigível a Longo Prazo} \geq 1,00$$

III. Solvência Geral

$$\text{SG} = \text{Ativo Total} \div \text{Passivo Circulante} + \text{Exigível a Longo Prazo} \geq 1,00$$

9.15.4 Para cumprimento do disposto no item anterior, o balanço deverá vir acompanhado de um demonstrativo de cálculos dos índices acima requeridos, bem como assinado e carimbado por contabilista devidamente habilitado perante o Conselho Regional de Contabilidade — CRC, sendo que o balanço esteja devidamente registrado na junta, caso o memorial não seja apresentado, o(a) pregoeiro(a) e equipe de apoio reservam-se o direito de efetuar os cálculos.

9.15.5 **Patrimônio líquido mínimo de 10% (dez por cento) em relação ao valor estimado da contratação para o item, exigido somente no caso de a licitante apresentar resultado igual ou inferior a 01 (um) em qualquer dos índices acima exigidos**, devendo a comprovação ser feita relativamente à data da apresentação da proposta na forma da Lei.

9.15.6 O balanço patrimonial e as demonstrações contábeis deverão estar assinados por contador ou por outro profissional equivalente, devidamente registrado no Conselho Regional de



MUNICÍPIO DE GARANHUNS

Contabilidade.

9.15.7 Certidão Negativa de Falência ou Recuperação Judicial expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, onde conste o prazo de validade e não havendo este, somente será aceita com data de emissão não superior a 90 (noventa) dias ou equivalente;

a) Certidão Negativa de Falência ou Recuperação Judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica ou do Estado onde seja localizado, referente aos processos distribuídos pelo PJe (Processos Judiciais Eletrônicos) ou equivalente;

9.16 REGULARIDADE FISCAL

9.16.1 Prova de inscrição perante no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda (CNPJ).

9.16.2 Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, se houver relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual.

a) Se o ramo de atividade da empresa for comércio, deverá apresentar prova de inscrição estadual (**CACEPE – Cadastro de Contribuinte do Estado** onde a licitante esteja sediada, ou equivalente);

b) Se o ramo de atividade da empresa for prestação de serviços, deverá apresentar prova de inscrição municipal (**CIM, Alvará ou outro equivalente**);

c) **Se o ramo de atividade da empresa envolver comércio e prestação de serviços deverá apresentar os documentos exigidos nos subitens a e b acima.**

9.16.3 Prova de regularidade para com a Fazenda Federal, Estadual e Municipal do domicílio ou sededo licitante, ou outra equivalente, na forma da lei.

9.16.4 Prova de regularidade relativa à Seguridade Social e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei. (Redação dada pela Lei nº 8.883, de 1994).

9.16.5 Caso o Licitante seja considerado isento de tributos relacionados ao objeto licitatório, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração emitida pela correspondente Fazenda do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei.

9.17 REGULARIDADE TRABALHISTA

9.17.1 Prova de situação regular perante o Tribunal Superior do Trabalho (TST), através da apresentação de Certidão Negativa de Débito Trabalhista (CNDT) ou Certidão Positiva com efeitos de Negativa (Lei 12.440/2011);

9.17.2 Declaração que não possui em seu quadro de pessoal empregado(s) com menos de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e de 16 (dezesesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, nos termos do inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal de 1998 (Lei nº. 9.854/99).

9.18 QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

9.18.1 As empresas licitantes deverão apresentar os seguintes **documentos** relativos à



MUNICÍPIO DE GARANHUNS

QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

- a) **Atestado(s)** e/ou **Certidão(ões)** expedido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, em nome da empresa licitante, comprovando a aptidão para o desempenho de atividades pertinentes e compatível em características, com o objeto da licitação;
- b) Somente serão aceitos o(s) atestado(s) com as seguintes informações: em papel timbrado da pessoa jurídica de direito público ou privado, com indicação do CNPJ, razão social, e estar assinado pelo responsável que o expediu, bem como com a indicação do respectivo cargo ou função;
 - b.1) O(A) Pregoeiro(a) reserva-se ao direito de, por meio de diligência, solicitar da proponente os documentos fiscais comprobatórios do fornecimento ou prestação de serviços, fundamentada no Caput do Art. 64 da Lei 14133/21.

9.19 DECLARAÇÕES

9.19.1 Declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei;

9.19.2 Declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas;

9.19.3 Declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas;

9.19.4 Declaração de idoneidade;

9.19.5 Declaração de enquadramento no regime de tributação de ME/EPP ou equiparadas;

9.19.6 Declaração de responsabilidade de conhecimento dos requisitos do edital;

9.19.7 Declaração de inexistência de vínculo empregatício de parentes;

9.19.8 Declaração de elaboração independente de proposta;

9.19.9 Declaração de inexistência de fato superveniente impeditivo de habilitação;

9.20 Todos os documentos apresentados pela licitante deverão estar com sua validade em vigor na data marcada para a sessão de abertura da licitação, devendo manter sua regularidade durante todo o período de vigência contratual.

9.21 A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

9.22 A verificação ou a exigência dos documentos, somente será feita em relação ao licitante vencedor.

9.23 Os documentos relativos à regularidade fiscal somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

9.24 Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

9.25 Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para (Lei 14.133/21, art. 64):



MUNICÍPIO DE GARANHUNS

9.25.1 complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

9.25.2 atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

9.26 Na análise dos documentos de habilitação, a o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

9.27 Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 9.1.

9.28 Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto.

9.29 Todos os documentos apresentados, deverão corresponder unicamente à matriz ou filial da empresa que ora se habilita para este certame, implica dizer que, os documentos deverão ser em nome de uma única empresa (razão social) e com endereço único.

9.30 Os documentos que não tiverem o prazo de validade fixado pelo respectivo órgão emissor, serão considerados válidos por 90 (noventa) dias, a contar da data de sua emissão.

9.31 A falta de veracidade de qualquer das informações prestadas pela empresa licitante, implicará no indeferimento de sua habilitação, sem prejuízo as demais sanções e punições cabíveis.

9.32 Não será concedida habilitação ao licitante que deixar de apresentar quaisquer dos documentos exigidos para habilitação, ou apresentá-los em desacordo com as exigências do Edital.

9.33 Toda documentação requerida neste edital, é considerada requisito indispensável e insubstituível para a habilitação do licitante, devendo então ser apresentada obrigatoriamente.

9.34 Às licitantes enquadradas como na condição de Microempresa (ME), de Empresa de Pequeno Porte (EPP) Microempreendedor Individual (MEI) / demais, será concedido o tratamento diferenciado previsto na Lei Complementar 123/2006 (Arts. 42 a 45), Lei 14.133/21 (Art. 4) na forma abaixo:

a) Havendo alguma restrição na comprovação da REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração Pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

a.1) Mesmo que apresente alguma restrição em sua documentação de regularidade fiscal e trabalhista, a Microempresa (ME), de Empresa de Pequeno Porte (EPP) Microempreendedor Individual (MEI), deverá apresentar toda a documentação exigida neste instrumento convocatório (Art. 43 da LC 123/2006).

b) A não regularização da documentação, no prazo previsto no subitem anterior, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 156 da Lei 14.133 de 01 de abril de 2023, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, ou



MUNICÍPIO DE GARANHUNS

ainda revogar a licitação.

c) A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação.

9.35 Constatado o atendimento dos requisitos de habilitação, a licitante será habilitada e declarada vencedora do certame.

10 DA ADJUDICAÇÃO, HOMOLOGAÇÃO E CONTRATO

10.1 Adjudicação e Homologação da licitação é de responsabilidade da autoridade competente.

10.2 Após a adjudicação do objeto da licitação, e a vista do relatório de julgamento, a autoridade competente efetivará juízo de conveniência acerca do procedimento licitatório, podendo homologar o certame, ou se for o caso, mediante decisão fundamentada poderá revogar a licitação.

10.3 As obrigações contratuais decorrentes deste Edital, constarão na minuta do contrato a ser firmado entre o Município e o(s) Licitante(s) vencedor (es) (Anexo III).

11 IMPUGNAÇÃO E PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

11.1 Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

11.2 A impugnação e o pedido de esclarecimento deverão ser realizados por forma eletrônica, sistema do Bolsa Nacional de Compras - BNC através do campo impugnações.

11.3 Decairá do direito de solicitar esclarecimentos ou providências e de impugnar o Edital, aquele que não o fizer até 03 (três) dias úteis antes da data de abertura da sessão do Pregão, cabendo ao(a) pregoeiro(a) decidir sobre a petição no prazo de 02 (dois) dias úteis antes da abertura do certame.

11.4 As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

11.5 A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

11.6 Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

12 DOS RECURSOS

12.1 A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.



MUNICÍPIO DE GARANHUNS

12.2 O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou da abertura do prazo para interposição no sistema.

12.3 Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

- a) a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;
- b) o prazo para a manifestação da intenção de recorrer será de 15 (quinze) minutos.

12.4 o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data da abertura para manifestação de recuso no sistema adotado;

12.5 na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

12.6 Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

12.7 O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

12.8 Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

12.9 O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

12.10 O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

12.11 O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

13 DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

13.1 A sessão pública poderá ser reaberta:

13.1.1 Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.

13.1.2 Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, §1º da LC nº 123/2006. Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

13.2 Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.



MUNICÍPIO DE GARANHUNS

13.3 A convocação se dará por meio do sistema eletrônico do BNC – Banco Nacional de Compras, através de “chat”.

14 DA FORMALIZAÇÃO DO CONTRATO

14.1 Depois de homologado o resultado deste Pregão, a licitante vencedora será convocada para assinatura do contrato, dentro do prazo de até 05 (cinco) dias, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

14.2 A recusa injustificada da empresa vencedora em assinar o contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido acarretará a aplicação das penalidades estabelecidas pela Administração Pública.

14.3 No ato da contratação, a administração deverá verificar a REGULARIDADE FISCAL e TRABALHISTA ATUALIZADA.

14.4 Quando a Adjudicatária, convocada dentro do prazo de validade de sua proposta, deixar de assinar o contrato, será designada nova sessão pela autoridade competente para o exame, pelo(a) Pregoeiro(a), da oferta subsequente de menor preço e respectiva negociação com o seu autor.

14.5 Na hipótese de retomada do procedimento, as demais licitantes classificadas serão convocadas para participar da nova sessão pública do pregão, com vistas a celebração da contratação.

14.6 Na sessão o Pregoeiro convocará as licitantes classificadas remanescentes, na ordem de classificação, promovendo a averiguação das condições de aceitabilidade de preços e de habilitação, procedendo-se conforme especificações deste edital, até o encontro de uma proposta e licitante que atendam a todas as exigências estabelecidas, sendo a respectiva licitante declarada vencedora e a ela adjudicado o objeto da licitação.

14.7 As empresas podem enviar os contratos assinados digitalmente via e-mail para o cplgaranhuns@gmail.com, no prazo estipulado, no sub item 15.1.

15 DAS PENALIDADES, SANÇÕES E ALTERAÇÕES CONTRATUAIS

15.1 Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

15.2 Deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;

15.3 Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

- a) não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;
- b) recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;
- c) pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou
- d) deixar de apresentar amostra;
- e) apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

15.4 Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação,



MUNICÍPIO DE GARANHUNS

quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

15.5 Recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

15.6 Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação

15.7 Fraudar a licitação

15.8 Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

- a) agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
- b) induzir deliberadamente a erro no julgamento;
- c) apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

15.9 Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação

15.10 Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

15.11 Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

I.advertência;

II.multa;

III.impedimento de licitar e contratar e

IV.declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

15.12 Na aplicação das sanções serão considerados:

I.a natureza e a gravidade da infração cometida.

II.as peculiaridades do caso concreto

III.as circunstâncias agravantes ou atenuantes

IV.os danos que dela provierem para a Administração Pública

V.a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

15.13 A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de dez (dez) dias úteis, a contar da comunicação oficial, proporcional a infração, nos seguintes termos:

- a) Para as infrações previstas nos itens 15.2, 15.3 e 15.4, a multa será de 3% a 15% do valor do contrato licitado.
- b) Para as infrações previstas nos itens 15.6, 15.7, 15.8, 15.9 e 15.10, a multa será de 5% a 30% do valor do contrato licitado.

15.14 As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.



MUNICÍPIO DE GARANHUNS

15.15 Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

15.16 A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 15.2, 15.3 e 15.4, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

15.17 Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 15.6, 15.7, 15.8, 15.9 e 15.10, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 15.2, 15.3 e 15.4 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.

15.18 A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação.

15.19 A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

15.20 Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

15.21 Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

15.22 O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

15.23 A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

16 DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

16.1 A presente licitação não importa necessariamente em contratação, podendo o órgão promotor revogá-la, no todo ou em parte, por razões de interesse público, derivada de fato superveniente comprovado ou anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação mediante ato escrito e fundamentado disponibilizado no sistema para conhecimento dos participantes da licitação.

16.2 Durante a sessão pública, a comunicação entre o(a) pregoeiro(a) e os licitantes ocorrerá



MUNICÍPIO DE GARANHUNS

exclusivamente mediante troca de mensagens, em campo próprio do sistema eletrônico.

16.3 É facultado ao(a) pregoeiro(a) e a Prefeitura, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligências destinadas a esclarecer ou complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior documento ou informação que deveria constar no ato da sessão pública.

16.4 Fica assegurado à Prefeitura o direito de a qualquer tempo, motivadamente, anular a presente licitação ou revogar no todo ou em parte.

16.5 As licitantes são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações prestadas e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.

16.6 A falsidade de qualquer documento apresentado ou a inverdade das informações nele contidas implicará a imediata desclassificação do proponente que o tiver apresentado, ou, caso tenha sido o vencedor, a rescisão do contrato ou cancelamento do pedido de compra, sem prejuízo das demais sanções cabíveis;

16.7 As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

16.8 É vedada a cessão ou transferência no todo ou em parte do objeto ora licitado, sem expressa anuência da CONTRATANTE.

16.9 Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital, excluir-se-á o dia do início e se incluirá o dia do vencimento.

16.10 O desatendimento de exigências formais não essenciais, não importará no afastamento da Licitante, desde que seja possível a aferição da sua qualificação e a exata compreensão da sua proposta.

16.11 Exigências formais não essenciais são aquelas cujo descumprimento não acarrete irregularidade no procedimento, em termos de processualização, bem como, não importem em vantagem a um ou mais licitantes em detrimento das demais.

16.12 O(a) pregoeiro(a) ou a Autoridade Competente poderá, até a assinatura do contrato ou outro documento equivalente, inabilitar licitante, por despacho fundamentado, sem direito a indenização ou ressarcimento e sem prejuízo de outras sanções cabíveis, se vier a ter conhecimento de fato ou circunstância anterior ou posterior ao julgamento da licitação que desabone a habilitação jurídica, a qualificação técnica, econômico-financeira e a regularidade fiscal da Licitante, onde na ocasião, o(a) pregoeiro(a) convocará as licitantes remanescentes, na ordem de classificação, restabelecendo a sessão para negociar diretamente com a Proponente melhor classificada e posterior convocação para apresentação dos "Documentos de Habilitação", sendo declarada vencedora e a ela será adjudicado o objeto deste Pregão.

16.13 As dúvidas quanto à interpretação dos termos deste Edital e seus anexos, bem como quaisquer incorreções ou discrepâncias neles encontradas, deverão ser encaminhadas ao(a) pregoeiro(a), até 03 (três) dias úteis antes da data marcada para abertura da sessão pública, no endereço abaixo:



MUNICÍPIO DE GARANHUNS

A PREGOEIRA: SAMARA FERREIRA PONTES
RUA SIQUEIRA CAMPOS, Nº56. BAIRRO SANTO ANTONIO – GARANHUNS/PE
CEP 55.293-010
FONE: (87) 3762-7019/ 3762-5672
EMAIL: cplgaranhuns@gmail.com

Para dirimir as questões relativas ao presente Edital, elege-se o foro da Comarca de Garanhuns, com renúncia expressa a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

Garanhuns, 18 de julho de 2024.

Inês Eliane Afonso Ferreira Madeira.
Secretária de Assistência Social e Direitos Humanos
PORTARIA Nº004/2021.GP

ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA

1.0 INTRODUÇÃO:

- 1.1 Este documento foi elaborado à luz da Lei nº 14.133/2021, como peça integrante e indissociável do procedimento licitatório, com Registro de Preço a ser realizado com vistas a viabilizar a aquisição parcelada de **MOBILIÁRIO CORPORATIVO**, destinados a atender as necessidades da Secretaria de Assistência Social e Direitos Humanos deste Município, bem como viabilizar a execução dos programas e serviços dos CRAS, CREAS, Serviço de Convivência, NEVIGA, Criança Feliz, Casa dos Conselhos e os Centros de Acolhimento ABRAÇAR I e II. Nele contém os elementos essenciais fixados nas referidas leis, descritos de forma a subsidiar os interessados em concorrer no certame e a preparar sua documentação e proposta comercial, cuja aquisição deverá ser realizada através de processo licitatório.

2.0 DA JUSTIFICATIVA DA AQUISIÇÃO:

- 2.1 A Secretaria de Assistência Social e Direitos Humanos – SASDH, é uma entidade pública, com sede e foro na cidade de Garanhuns-PE, e tem como finalidade garantir a proteção social aos cidadãos, ou seja, apoio aos indivíduos, famílias e à comunidade no enfrentamento de suas dificuldades.

Para execução de suas ações, a SASDH é estruturada em unidades organizacionais responsáveis pelos serviços administrativos, de benefícios, programas e projetos. Face às competências e ações legais que a SASDH desenvolve, bem como cumprir as atividades administrativas, justifica-se o processo de aquisição de mobiliário corporativo para manutenção, desenvolvimento e/ou implantação de atividades ligadas a esta Secretaria, bem como viabilizar a execução dos programas e serviços ligados a ela. Nesse sentido, ressalta-se a preocupação em proporcionar instalações físicas de trabalho adequadas e que garantam não só a produtividade, mas também o bem estar das pessoas e a manutenção da saúde ocupacional, de modo a atender perfeitamente aos padrões ergonômicos que apresentem compatibilidade com as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT.

- 2.2 Os serviços socioassistenciais prestados pela Secretaria de Assistência Social e Direitos Humanos de Garanhuns (SASDH) não podem sofrer solução de continuidade, motivo este da necessidade de realização de processo licitatório visando a eventual CONTRATAÇÃO DE



MUNICÍPIO DE GARANHUNS

EMPRESA PARA AQUISIÇÃO DE MOBILIÁRIO CORPORATIVO, tão somente em âmbito municipal, em face da necessidade de que o Município de Garanhuns, com o status de guardião de todos os acolhidos em seu território municipal, conforme a Lei nº 1.210/2003, possa atender: ao Programa Integração AABB Comunidade; ao Programa Criança Feliz; aos Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos – SCFV; às Unidades de Acolhimento Municipal para Crianças e Adolescentes – Abraçar I e II; ao Núcleo de Enfrentamento a Violência contra a pessoa idosa de Garanhuns – NEVIGA; à Cozinha Comunitária; ao Acolhimento Noturno para a população em situação de rua; aos Centros de Referência em Assistência Social – CRAS; ao Centro de Referência Especializada de Assistência Social – CREAS; aos Povos Migrantes; à Casa de Justiça e Cidadania; à Casa dos Conselhos e; à unidade gestora da Secretaria de Assistência Social e Direitos Humanos.

Primeiramente, a aquisição dos itens se justifica face ao interesse público de manter os serviços da administração pública desta secretaria. A pretensa aquisição de materiais permanentes que apoiam a realização de atividades essenciais ao cumprimento das atividades, visa garantir adequação das condições de trabalho para os funcionários em atendimento direto ou indireto aos usuários.

Cabe aqui ressaltar que o uso contínuo dos mobiliários enseja o desgaste e danificação desses, comprometendo a estrutura física dos ambientes de trabalho, a rotina administrativa e a saúde do servidor, que passa a maior parte do seu tempo no ambiente de trabalho. Vale frisar que novos equipamentos de Assistência Social estão sendo implantados, como também gradativamente ocorre ampliação no número de atendimentos dos serviços já existentes.

Manter os colaboradores com melhor estrutura, também melhora o bem-estar e o desempenho no ambiente de trabalho. Além de contribuir para um ambiente mais saudável e acolhedor para todos os envolvidos e viabilizar o atendimento aos usuários. Para tanto, se faz necessário realizar constantes investimentos na estrutura.

3.0 DO OBJETO:

- 3.1 O presente *Termo de Referência* tem por objeto a aquisição parcelada de **Mobiliário Corporativo**, para entrega parcelada, destinados a Secretaria de Assistência Social e Direitos Humanos, conforme quantidades e características existentes no lote único, constante no subitem 7.2, e demais condições presentes neste Termo.

4.0 DAS CONDIÇÕES GERAIS

- 4.1 O mobiliário deve atender aos requisitos definidos pela Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT.
- 4.2 Como forma de comprovação das características técnicas, serão aceitos os documentos a seguir listados, SOB PENA DE DESCLASSIFICAÇÃO:
 - 4.2.1 Catálogos, prospectos, folhetos, manuais e outros documentos emitidos pelo fabricante, não sendo aceitos documentos de qualquer natureza produzidos com a finalidade específica de possibilitar e qualificar tecnicamente a proposta da licitante;
 - 4.2.2 Documento oficial emitido pelo fabricante do equipamento, para os casos onde não seja possível a comprovação das características técnicas por meio dos documentos antes relacionados;
 - 4.2.3 A indicação do endereço completo da página específica do fabricante (URL) na qual se encontram as comprovações.



MUNICÍPIO DE GARANHUNS

5.0 DOS QUANTITATIVOS, ESPECIFICAÇÕES E VALORES ESTIMADOS:

5.1 O valor global máximo estimado para aquisição dos produtos objeto deste *Termo de Referência* é de **R\$ 505.363,00 (quinhentos e cinco trezentos e sessenta e três reais)**, cujos valores foram calculados tomando-se como base valores médios praticados no mercado local (conforme cotações em anexo), e visto que foi publicado em Diário Oficial, no dia 08 de dezembro de 2023 convocação para envio de cotação de preços, onde, as empresas que manifestaram interesse apresentaram cotação em loco.

5.2 Quantitativo estimado e especificações mínimas deste objeto:

LOTE 1 - MÓVEIS EXECUTIVOS

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QTD	MEDIANA	VALOR GLOBAL ADMITIDO
1	APARADOR, com pés em metal, medindo 120cm, cor cinza ou preta. Garantia de 3 meses contra defeito de fabricação.	UND	25	R\$ 459,00	R\$ 11.475,00
2	ARMÁRIO ALTO EXECUTIVO SEMI-ABERTO, linha UNO, confeccionado em BP 15mm, 2 portas de abrir, prateleira, rodapé em chapa de aço dobrada com nivelador de altura, cor marrom ou tabaco, medidas (LxPxA): 80cm x 46cm x 160cm. Garantia de 3 meses contra defeito de fabricação.	UND	2	R\$ 999,00	R\$ 1.998,00
3	ARMÁRIO ALTO FECHADO DIRETOR, linha UNO, confeccionado em BP 15mm, 2 portas de abrir, com chave, prateleiras internas, rodapé em chapa de aço dobrada com nivelador de altura, cor marrom ou tabaco, medidas (LxPxA): 80cm x 46cm x 160cm. Garantia de 3 meses contra defeito de fabricação.	UND	5	R\$ 990,00	R\$ 4.950,00
4	ARMÁRIO BAIXO FECHADO, linha UNO, 2 portas, com chave, material BP 15mm, rodapé em chapa de aço dobrada, pés com nivelador de altura, cor Alamo ou Tabaco, medidas (LxPxA): 80cm x 46cm x 74cm. Garantia de 3 meses contra defeito de fabricação.	UND	2	R\$ 595,00	R\$ 1.190,00
5	ARMÁRIO BAIXO, material MDF, 2 portas, com chave, sem gavetas, 1 prateleira interna, puxadores em polítileno, pés resistentes, com sapata niveladora, cor preta, cinza ou marrom, dimensões aproximadas (AxPxL): 70cm x 40cm x 80cm (podendo variar até 5cm). Garantia de 3 meses contra defeito de fabricação.	UND	20	R\$ 595,00	R\$ 11.900,00
6	ARMÁRIO DE ESCRITÓRIO em aço de alta qualidade, 2 portas, com chave, sem gavetas, 4 prateleiras, 30kg distribuídos por bandeja, pés fixos e resistentes, cor cinza, medidas aproximadas (AxPxL): 190cm x 40cm x 90cm (podendo variar até 5cm). Garantia de 3 meses contra defeito de fabricação.	UND	64	R\$ 1.019,00	R\$ 65.216,00
7	ARMÁRIO DE ESCRITÓRIO material MDP, 2 portas, com chave, sem gavetas, 4 prateleiras, dobradiças em aço, puxador em polipropileno, pés fixos e resistentes, cor preta ou cinza, medidas aproximadas (AxPxL): 160cm x 42cm x 80cm. Garantia de 3 meses contra defeito de fabricação.	UND	4	R\$ 899,00	R\$ 3.596,00

**MUNICÍPIO DE GARANHUNS**

8	ARMÁRIO VESTIÁRIO, em aço, com 8 portas, com chaves e medindo no mínimo 1,98m de altura, 62,5cm de largura e 0,40cm de profundidade. Garantia de 3 meses contra defeito de fabricação.	UND	9	R\$ 999,00	R\$ 8.991,00
9	ARQUIVO DE AÇO 4 GAVETAS, com chave, gavetas com capacidade mínima de 10kg (cada), fabricado em chapa 26 tratada com antiferruginoso, com puxador, resistente, cor cinza, dimensões aproximadas (AxPxL): 133cm x 49cm x 46cm (podendo variar até 5cm), destinado ao armazenamento de documentos por pasta suspensa. Garantia de 3 meses contra defeito de fabricação.	UND	32	R\$ 1.050,00	R\$ 33.600,00
10	CADEIRA EXECUTIVA GIRATÓRIA (gerente), com braços reguláveis, estrutura metálica, com assento e encosto com espuma injetada de alta qualidade, em tecido na cor preta, mecanismo giratório com regulagem de altura com sistema de amortecimento a gás, 5 pés com rodízios, encosto regulável, confortável. Dimensões (L x A x P): 58cm x 90 a 100cm x 54 cm (aproximadamente). Garantia de 3 meses contra defeito de fabricação.	UND	74	R\$ 525,00	R\$ 38.850,00
11	CADEIRA PLÁSTICA, com braço, tipo poltrona, material polipropileno, confortável e resistente, empilhável, capacidade mínima suportada 120kg, com proteção contra raios UV, cor branca, certificada pelo INMETRO. Dimensões aproximadas (L x A x P): 53cm x 72cm x 53cm). Garantia de 3 meses contra defeito de fabricação.	UND	300	R\$ 57,00	R\$ 17.100,00
12	CADEIRA PLÁSTICA, sem braço, material polipropileno, confortável e resistente, empilhável, capacidade mínima suportada 120kg, com proteção contra raios UV, cor branca, certificada pelo INMETRO. Dimensões aproximadas (L x A x P): 43cm x 85cm x 40cm). Garantia de 3 meses contra defeito de fabricação.	UND	645	R\$ 41,00	R\$ 26.445,00
13	CADEIRA SECRETÁRIA FIXA, sem braços, estrutura metálica, pés palito, com assento e encosto em espuma injetada, em tecido na cor preta, ergonômica e confortável. Dimensões (L x A x P): 43cm x 85cm x 40cm (aproximadamente). Garantia de 3 meses contra defeito de fabricação.	UND	317	R\$ 243,65	R\$ 77.237,05
14	CADEIRA SECRETÁRIA GIRATÓRIA, sem braços, estrutura metálica, com assento e encosto em espuma injetada de alta qualidade, em tecido na cor preta, mecanismo giratório com regulagem de altura com sistema de amortecimento a gás, 5 pés com rodízios, encosto regulável, ergonômica e confortável. Dimensões (L x A x P): 55cm x 86 a 98cm x 55 cm (aproximadamente). Garantia de 3 meses contra defeito de fabricação.	UND	33	R\$ 410,00	R\$ 13.530,00
15	ESTANTE EM AÇO, 6 prateleiras reguláveis, reforçadas, confeccionadas em chapa que comporta no mínimo 15kg (cada), resistente, com tratamento anti-ferruginoso, colunas de aço com regulagem, pés fixos e resistentes, cor cinza, medidas aproximadas (AxPxL): 198cm x 92cm x 40cm (podendo variar até 5cm). Garantia de 3 meses contra defeito de fabricação.	UND	54	R\$ 349,00	R\$ 18.846,00

**MUNICÍPIO DE GARANHUNS**

16	ESTANTE EM MDP, com 4 prateleiras, medindo no mínimo em largura 60 cm, altura 180 cm e profundidade 30 cm, nas cores cinza e preta. Garantia de 3 meses contra defeito de fabricação.	UND	1	R\$ 410,00	R\$ 410,00
17	GAVETEIRO VOLANTE 4 GAVETAS, linha UNO, confeccionado em BP 15mm, com chave, com rodízios, puxadores em polipropileno, cor marrom ou tabaco, dimensões (LxPxA): 46cm x 45cm x 67,5cm. Garantia de 3 meses contra defeito de fabricação.	UND	7	R\$ 530,00	R\$ 3.710,00
18	LONGARINA SECRETÁRIA 3 LUGARES, sem braços estrutura metálica, com assento e encosto em espuma injetada de alta qualidade, em tecido na cor preta, pés fixos, ergonômica, confortável. Dimensões aproximadas (L x A x P): 145cm x 83cm x 50cm. Garantia de 3 meses contra defeito de fabricação.	UND	10	R\$ 770,00	R\$ 7.700,00
19	MESA DE ESCRITÓRIO, com duas gavetas, com chave, tamanho 1,20 m x 0,60 m, pés em aço, com sapatas niveladoras de altura, material resistente, cor marrom (amadeirada). Garantia de 3 meses contra defeito de fabricação.	UND	20	R\$ 599,00	R\$ 11.980,00
20	MESA DE ESCRITÓRIO, com duas gavetas, com chave, tamanho 1,20 m x 0,60 m, pés em aço, com sapatas niveladoras de altura, material resistente, cor preta ou cinza. Garantia de 3 meses contra defeito de fabricação.	UND	45	R\$ 599,00	R\$ 26.955,00
21	MESA DELTA GERENTE ESQUERDA, linha Prima Clean, com tampos e pés em BP 25mm, pé canto confeccionado em aço com nivelador de altura, cor marrom ou Tabaco, dimensões (AxLExLDxP): 740cm x 220cm x 180cm x 600cm. Garantia de 3 meses contra defeito de fabricação.	UND	10	R\$ 799,00	R\$ 7.990,00
22	MESA PARA REUNIÃO, oval, tamanho 200x90mm(podendo variar até 20 cm), estrutura metálica, pés com aço, com sapatas niveladoras de altura, material resistente, cor preta ou cinza. Garantia de 3 meses contra defeito de fabricação.	UND	2	R\$ 999,00	R\$ 1.998,00
23	MESA PARA REUNIÃO. Para 6 Lugares. Formato retangular e dimensões: Larg. 1,60 m x Prof. 0,90 m X Alt. 0,74 cm. Tampo Bi-Partido: MDP 25 mm revestimento melamínico. Saia: MDP 15 mm revestimento melamínico. Pés: Estrutura metálica, com calhas para passagem de fios. Garantia de 3 meses contra defeito de fabricação.	UND	14	R\$ 985,00	R\$ 13.790,00
24	MESA PARA REUNIÃO. Para 12 Lugares. Formato retangular e dimensões: Larg. 3,00 m x Prof. 1,10 m X Alt. 0,74 cm. Tampo Bi-Partido: MDP 25 mm revestimento melamínico. Saia: MDP 15 mm revestimento melamínico. Pés: Estrutura metálica, com calhas para passagem de fios. Garantia de 3 meses contra defeito de fabricação.	UND	5	R\$ 2.025,00	R\$ 10.125,00
25	MESA PLÁSTICA, retangular e em material polipropileno resistente. Dimensões aproximadas (L x C): 136 x 84cm. Garantia de 3 meses contra defeito de fabricação.	UND	2	R\$ 189,00	R\$ 378,00
27	MESA PLÁSTICA, quadrada, material polipropileno, resistente, pés fixos, não dobrável, empilhável. Dimensões aproximadas (L x A x P): 70cm x 70cm x 70cm). Garantia de 3 meses contra defeito de	UND	115	R\$ 77,50	R\$ 8.912,50

**MUNICÍPIO DE GARANHUNS**

	fabricação.				
27	PRATELEIRA EM MDF, com suporte para parede e tamanho 1,2m. Garantia de 3 meses contra defeito de fabricação.	UND	4	R\$ 122,00	R\$ 488,00
28	SUPORTE PARA CPU E NOBREAK, com rodízios, material MDP, peso mínimo suportado 15kg, resistente, cor preta, medidas aproximadas (LxAxC): 28cm x 39cm x 45cm (podendo variar até 5cm). Garantia de 3 meses contra defeito de fabricação.	UND	12	R\$ 194,00	R\$ 2.328,00
				Total:	R\$ 431.688,55

LOTE 2 - UTILIDADES DOMÉSTICAS

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QTD	MEDIANA	VALOR GLOBAL ADMITIDO
1	ARMÁRIO AÉREO em aço, branco, 3 portas, com puxador de alumínio, 1 prateleira interna, dobradiça em aço, dimensões aproximadas (AxPxL): 55cm x 30cm x 105cm. Garantia de 3 meses contra defeito de fabricação.	UND	17	R\$ 240,99	R\$ 4.096,83
2	ARMÁRIO DE COZINHA COMPLETO, com no mínimo 7 portas e 2 gavetas em MDP, cor branca. Garantia de 3 meses contra defeito de fabricação.	UND	2	R\$ 680,00	R\$ 1.360,00
3	BERÇO. Em MDP e com colchão incluso. Certificado pelo INMETRO. Tamanho do Produto Montado (L x A X P): 133 cm x 92 cm x 69 cm. Cor branco neve. Garantia de 3 meses contra defeito de fabricação.	UND	4	R\$ 498,00	R\$ 1.992,00
4	CAMA DE SOLTEIRO. Em madeira, cujo peso suportado chega a 130 Kg. Com no mínimo as seguintes medidas: Largura 94cm; Altura 1,10m; Comprimento 1,99m. Garantia de 3 meses contra defeito de fabricação.	UND	20	R\$ 380,99	R\$ 7.619,80
5	CAMA DE SOLTEIRO, BELICHE. Em madeira, cujo peso suportado chega a 130 Kg, cada. Com no mínimo as seguintes medidas: Largura 90cm; Altura 1,64m; Comprimento 1,90m. Garantia de 3 meses contra defeito de fabricação.	UND	20	R\$ 800,00	R\$ 16.000,00
6	CôMODA. Em material resistente, 100% MDF, com 4 gavetas e 2 puxadores por gaveta. Dimensões mínimas: Altura 84,7cm, largura 90,00cm e profundidade 44,7cm. Peso suportado 34 Kg. Garantia de 3 meses contra defeito de fabricação.	UND	4	R\$ 476,00	R\$ 1.904,00
7	ESPELHO. Material vidro/moldura alumínio, diâmetro 60 cm, formato convexo e características adicionais para suporte bidirecional para fixação. Garantia de 3 meses contra defeito de fabricação.	UND	4	R\$ 110,00	R\$ 440,00
8	ESPELHO RETANGULAR. Material vidro/moldura retangular de madeira, medindo 42x92cm, admitindo variação de 10% e características adicionais para suporte bidirecional para fixação. Garantia de 3 meses contra defeito de fabricação.	UND	4	R\$ 150,00	R\$ 600,00
9	GUARDA-ROUPA, em madeira 100% MDF com 4 portas e 2 gavetas corrediça telescópica, medindo no mínimo Altura 187cm, largura 119cm e profundidade	UND	8	R\$ 865,00	R\$ 6.920,00

**MUNICÍPIO DE GARANHUNS**

	40cm. Capacidade de suportar 70kg. Garantia de 3 meses contra defeito de fabricação.				
10	JOGO DE SOFÁ, com 2 e 3 lugares. Com braços para encosto e recoberto em material impermeável e pés em alumínio. Garantia de 3 meses contra defeito de fabricação.	UND	5	R\$1.548,71	R\$ 7.743,55
11	MESA DE PASSAR ROUPA, reforçada e com estrutura em alumínio. Garantia de 3 meses contra defeito de fabricação.	UND	4	R\$ 215,00	R\$ 860,00
12	PAINEL PARA TV COM APARADOR, compatível com televisão 42'' polegadas e em material MDF. Cor: amadeirada. Garantia de 3 meses contra defeito de fabricação.	UND	1	R\$ 566,27	R\$ 566,27
				Total:	R\$ 50.102,45

LOTE 3 - MOBILIÁRIO INFANTIL

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QTD	MEDIANA	VALOR GLOBAL ADMITIDO
1	BERÇO. Em MDP e com colchão incluso. Certificado pelo INMETRO. Tamanho do Produto Montado (L x A X P): 133 cm x 92 cm x 69 cm. Cor branco neve. Garantia de 3 meses contra defeito de fabricação.	UND	4	R\$ 499,00	R\$ 1.996,00
2	MESA INFANTIL DE MADEIRA MDF COM 4 CADEIRAS. Mesa: altura 55cm, largura 60cm e profundidade 60 cm. Cadeira: altura 60cm, largura 26cm e profundidade 31 cm. Cor: Colorido. Garantia de 3 meses contra defeito de fabricação.	UND	12	R\$ 787,50	R\$ 9.450,00
				Total:	R\$ 11.446,00

LOTE 4 - UTILIDADES INDUSTRIAIS

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QTD	MEDIANA	VALOR GLOBAL ADMITIDO
1	ESTANTE DE INOX INDUSTRIAL COM 5 PRATELEIRAS, medindo 100x40x200cm, em material resistente à corrosão. Garantia de 3 meses contra defeito de fabricação.	UND	2	R\$1.700,00	R\$ 3.400,00
2	MESA EM INOX, tipo bancada, em material de alta qualidade, inoxidável resistente a corrosão, medindo no mínimo 1,90x0,7m e com 2 planos. Garantia de 3 meses contra defeito de fabricação.	UND	2	R\$ 999,00	R\$ 1.998,00
3	MESA EM INOX, tipo bancada, em material de alta qualidade, inoxidável resistente a corrosão e medindo no mínimo 90cm e com 2 planos. Garantia de 3 meses contra defeito de fabricação.	UND	2	R\$ 646,00	R\$ 1.292,00
4	MESA EM INOX, em material de alta qualidade, inoxidável resistente a corrosão, com rodas para auxiliar cozinha, medindo 40x60x80cm. Garantia de 3 meses contra defeito de fabricação.	UND	2	R\$1.200,00	R\$ 2.400,00



MUNICÍPIO DE GARANHUNS

5	PRATELEIRA EM INOX, em material resistente a corrosão, com mão francesa 1.800mmX300mm. Garantia de 3 meses contra defeito de fabricação.	UND	4	R\$ 759,00	R\$ 3.036,00
				Total:	R\$ 12.126,00

6.0 DO PRAZO CONTRATUAL DO FORNECIMENTO:

6.1 O prazo do instrumento contratual para o fornecimento dos produtos, objeto deste *Termo de Referência*, será de 12 (doze) meses, contados a partir da data da sua assinatura, podendo ser prorrogado nos termos do Art. 107 da Lei 14.133/2021;

7.0 DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS:

7.1 Os recursos necessários para a aquisição dos produtos, objeto deste *Termo de Referência*, são provenientes das seguintes classificações orçamentárias:

Unidade Gestora:	Fundo Municipal de Assistência Social
Órgão Orçamentário	17000 Secretaria de Assistência Social e Direitos Humanos
Und. Orçamentária	17001 Secretaria Municipal de Assistência Social e Direitos Humanos
Função	8 Assistência Social
Subfunção	122 Administração Geral
Ação	2202 Manutenção das Ações e Atividades do Departamento de Gestão do SUAS
Elemento	4.4.90.52 material permanente
Recurso	1.501.000 Recurso Próprio

Unidade Gestora:	Fundo Municipal de Assistência Social
Órgão Orçamentário	17000 Secretaria de Assistência Social e Direitos Humanos
Und. Orçamentária	17001 Secretaria Municipal de Assistência Social e Direitos Humanos
Função	8 Assistência Social
Subfunção	122 Administração Geral
Ação	2204 Manutenção das Ações e Atividades do Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS
Elemento	4.4.90.52 material permanente
Recurso	1.501.000 Recurso Próprio

Unidade Gestora:	Fundo Municipal de Assistência Social
Órgão Orçamentário	17000 Secretaria de Assistência Social e Direitos Humanos
Und. Orçamentária	17001 Secretaria Municipal de Assistência Social e Direitos Humanos
Função	8 Assistência Social
Subfunção	122 Administração Geral
Ação	2434 Manutenção das Ações e Atividades da Secretaria de Assistência Social e Direitos Humanos
Elemento	4.4.90.52 material permanente
Recurso	1.501.000 Recurso Próprio

Unidade Gestora:	Fundo Municipal de Assistência Social
Órgão Orçamentário	17000 Secretaria de Assistência Social e Direitos Humanos
Und. Orçamentária	17002 Fundo Municipal de Assistência Social
Função	8 Assistência Social

**MUNICÍPIO DE GARANHUNS**

Subfunção	122 Administração Geral
Ação	2207 Manutenção das Ações e Atividades do Fundo Municipal Assistência Social
Elemento	4.4.90.52 material permanente
Recurso	1.501.000 Recurso Próprio

Unidade Gestora:	Fundo Municipal de Assistência Social
Órgão Orçamentário	17000 Secretaria de Assistência Social e Direitos Humanos
Und. Orçamentária	17002 Fundo Municipal de Assistência Social
Função	8 Assistência Social
Subfunção	122 Administração Geral
Ação	2421 Manutenção das Ações de Vigilância Sócio Assistencial - FMAS
Elemento	4.4.90.52 material permanente
Recurso	1.501.000 Recurso Próprio 1.660.000 Recurso Transferido

Unidade Gestora:	Fundo Municipal de Assistência Social
Órgão Orçamentário	17000 Secretaria de Assistência Social e Direitos Humanos
Und. Orçamentária	17002 Fundo Municipal de Assistência Social
Função	8 Assistência Social
Subfunção	241 Assistência ao Idoso
Ação	2217 Apoio às Ações e Atividades do Conselho Municipal dos Direitos do Idoso - CMDI
Elemento	4.4.90.52 material permanente
Recurso	1.501.000 Recurso Próprio

Unidade Gestora:	Fundo Municipal de Assistência Social
Órgão Orçamentário	17000 Secretaria de Assistência Social e Direitos Humanos
Und. Orçamentária	17002 Fundo Municipal de Assistência Social
Função	8 Assistência Social
Subfunção	242 Assistência ao Portador de Deficiência
Ação	2219 Manutenção das Ações e Atividades do Conselho Municipal de Defesa dos Direitos da Pessoa Com Deficiência - COMUD
Elemento	4.4.90.52 material permanente
Recurso	1.501.000 Recurso Próprio

Unidade Gestora:	Fundo Municipal de Assistência Social
Órgão Orçamentário	17000 Secretaria de Assistência Social e Direitos Humanos
Und. Orçamentária	17002 Fundo Municipal de Assistência Social
Função	8 Assistência Social
Subfunção	243 Assistência à Criança e ao Adolescente
Ação	2227 Manutenção das Ações e Atividades do Programa Primeira Infância no SUAS – Programa Criança Feliz
Elemento	4.4.90.52 material permanente
Recurso	1.501.000 Recurso Próprio 1.660.000 Recurso Transferido

Unidade Gestora:	Fundo Municipal de Assistência Social
Órgão Orçamentário	17000 Secretaria de Assistência Social e Direitos Humanos
Und. Orçamentária	17002 Fundo Municipal de Assistência Social
Função	8 Assistência Social

**MUNICÍPIO DE GARANHUNS**

Subfunção	243 Assistência à Criança e ao Adolescente
Ação	2228 Manutenção das Ações e Atividades da Casa de Acolhimento Noturno
Elemento	4.4.90.52 material permanente
Recurso	1.501.000 Recurso Próprio 1.660.000 Recurso Transferido

Unidade Gestora:	Fundo Municipal de Assistência Social
Órgão Orçamentário	17000 Secretaria de Assistência Social e Direitos Humanos
Und. Orçamentária	17002 Fundo Municipal de Assistência Social
Função	8 Assistência Social
Subfunção	243 Assistência à Criança e ao Adolescente
Ação	2424 Manutenção das Ações de Proteção Especial de Alta Complexidade - Acolhimento
Elemento	4.4.90.52 material permanente
Recurso	1.501.000 Recurso Próprio 1.660.000 Recurso Transferido

Unidade Gestora:	Fundo Municipal de Assistência Social
Órgão Orçamentário	17000 Secretaria de Assistência Social e Direitos Humanos
Und. Orçamentária	17002 Fundo Municipal de Assistência Social
Função	8 Assistência Social
Subfunção	243 Assistência à Criança e ao Adolescente
Ação	2435 Manutenção das Ações do Serviço de Acolhimento Municipal – Criança e Adolescente
Elemento	4.4.90.52 material permanente
Recurso	1.501.000 Recurso Próprio 1.660.000 Recurso Transferido

Unidade Gestora:	Fundo Municipal de Assistência Social
Órgão Orçamentário	17000 Secretaria de Assistência Social e Direitos Humanos
Und. Orçamentária	17002 Fundo Municipal de Assistência Social
Função	8 Assistência Social
Subfunção	244 Assistência Comunitária
Ação	2235 Manutenção das Ações e Atividades do Programa Integração AABB Comunidade
Elemento	4.4.90.52 material permanente
Recurso	1.501.000 Recurso Próprio 1.660.000 Recurso Transferido

Unidade Gestora:	Fundo Municipal de Assistência Social
Órgão Orçamentário	17000 Secretaria de Assistência Social e Direitos Humanos
Und. Orçamentária	17002 Fundo Municipal de Assistência Social
Função	8 Assistência Social
Subfunção	244 Assistência Comunitária
Ação	1077 Implantação e Estruturação da Cozinha Comunitária
Elemento	4.4.90.52 material permanente
Recurso	1.501.000 Recurso Próprio 1.660.000 Recurso Transferido

Unidade Gestora:	Fundo Municipal de Assistência Social
------------------	---------------------------------------

**MUNICÍPIO DE GARANHUNS**

Órgão Orçamentário	17000 Secretaria de Assistência Social e Direitos Humanos
Und. Orçamentária	17002 Fundo Municipal de Assistência Social
Função	8 Assistência Social
Subfunção	244 Assistência Comunitária
Ação	2248 Manutenção das Ações e Atividades do Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família - PAIF
Elemento	4.4.90.52 material permanente
Recurso	1.501.000 Recurso Próprio 1.660.000 Recurso Transferido

Unidade Gestora:	Fundo Municipal de Assistência Social
Órgão Orçamentário	17000 Secretaria de Assistência Social e Direitos Humanos
Und. Orçamentária	17002 Fundo Municipal de Assistência Social
Função	8 Assistência Social
Subfunção	244 Assistência Comunitária
Ação	2250 Manutenção das Ações e Atividades de Proteção Social Básica SCFV - FMAS
Elemento	4.4.90.52 material permanente
Recurso	1.501.000 Recurso Próprio 1.660.000 Recurso Transferido

Unidade Gestora:	Fundo Municipal de Assistência Social
Órgão Orçamentário	17000 Secretaria de Assistência Social e Direitos Humanos
Und. Orçamentária	17002 Fundo Municipal de Assistência Social
Função	8 Assistência Social
Subfunção	244 Assistência Comunitária
Ação	2399 Manutenção das atividades da Cozinha Comunitária
Elemento	4.4.90.52 material permanente
Recurso	1.501.000 Recurso Próprio 1.660.000 Recurso Transferido

Unidade Gestora:	Fundo Municipal de Assistência Social
Órgão Orçamentário	17000 Secretaria de Assistência Social e Direitos Humanos
Und. Orçamentária	17002 Fundo Municipal de Assistência Social
Função	8 Assistência Social
Subfunção	244 Assistência Comunitária
Ação	2417 Manutenção das Ações e Atividades Dos Centros de Referência Em Assistência Social – CRAS FEAS/FNAS/FMAS
Elemento	4.4.90.52 material permanente
Recurso	1.501.000 Recurso Próprio 1.660.000 Recurso Transferido

Unidade Gestora:	Fundo Municipal de Assistência Social
Órgão Orçamentário	17000 Secretaria de Assistência Social e Direitos Humanos
Und. Orçamentária	17002 Fundo Municipal de Assistência Social
Função	8 Assistência Social
Subfunção	244 Assistência Comunitária
Ação	2254 Manutenção das Ações e Atividades Dos Centros de Referência Especializada em Assistência Social – CREAS
Elemento	4.4.90.52 material permanente
Recurso	1.501.000 Recurso Próprio

**MUNICÍPIO DE GARANHUNS**

	1.660.000 Recurso Transferido
--	-------------------------------

Unidade Gestora:	Fundo Municipal de Assistência Social
Órgão Orçamentário	17000 Secretaria de Assistência Social e Direitos Humanos
Und. Orçamentária	17002 Fundo Municipal de Assistência Social
Função	8 Assistência Social
Subfunção	244 Assistência Comunitária
Ação	2255 Manutenção das Ações do Serviço de Proteção e Atendimento Especializado à Família e Indivíduos - PAEFI
Elemento	4.4.90.52 material permanente
Recurso	1.501.000 Recurso Próprio 1.660.000 Recurso Transferido

Unidade Gestora:	Fundo Municipal de Assistência Social
Órgão Orçamentário	17000 Secretaria de Assistência Social e Direitos Humanos
Und. Orçamentária	17002 Fundo Municipal de Assistência Social
Função	8 Assistência Social
Subfunção	244 Assistência Comunitária
Ação	2259 Manutenção das Ações e Atividades dos Programas de Benefícios Eventuais
Elemento	4.4.90.52 material permanente
Recurso	1.501.000 Recurso Próprio 1.660.000 Recurso Transferido

Unidade Gestora:	Fundo Municipal de Assistência Social
Órgão Orçamentário	17000 Secretaria de Assistência Social e Direitos Humanos
Und. Orçamentária	17002 Fundo Municipal de Assistência Social
Função	8 Assistência Social
Subfunção	244 Assistência Comunitária
Ação	2420 Manutenção das Ações e Atividades da Gestão do Programa Auxílio Brasil - Índice de Gestão Descentralizada do Programa Auxílio Brasil
Elemento	4.4.90.52 material permanente
Recurso	1.501.000 Recurso Próprio 1.660.000 Recurso Transferido

Unidade Gestora:	Fundo Municipal de Assistência Social
Órgão Orçamentário	17000 Secretaria de Assistência Social e Direitos Humanos
Und. Orçamentária	17002 Fundo Municipal de Assistência Social
Função	8 Assistência Social
Subfunção	244 Assistência Comunitária
Ação	236 Manutenção das Ações e Atividades do Serviço de Proteção Social em Situação de Calamidades Públicas e de Emergenciais
Elemento	4.4.90.52 material permanente
Recurso	1.501.000 Recurso Próprio 1.660.000 Recurso Transferido

Unidade Gestora:	Fundo Municipal de Assistência Social
Órgão Orçamentário	17000 Secretaria de Assistência Social e Direitos Humanos
Und. Orçamentária	17002 Fundo Municipal de Assistência Social
Função	8 Assistência Social



MUNICÍPIO DE GARANHUNS

Subfunção	244 Assistência Comunitária
Ação	2425 Manutenção das Ações e Atividades do Piso Variável de Alta Complexidade - PVAC
Elemento	4.4.90.52 material permanente
Recurso	1.501.000 Recurso Próprio 1.660.000 Recurso Transferido

8. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

- 8.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.
- 8.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.
- 8.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.
- 8.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.
- 8.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Fiscalização

- 8.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

Fiscalização Técnica

- 8.7. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.
 - 8.7.1. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º)
 - 8.7.2. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.
 - 8.7.3. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.



MUNICÍPIO DE GARANHUNS

8.7.4. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

Fiscalização Administrativa

8.7.5. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

8.8. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

8.8.1. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV).

9. CRITÉRIOS DE MEDIÇÕES E DE PAGAMENTO

Recebimento

9.1 Os produtos objeto deste Termo de Referência, deverão ser entregues de forma parcelada, ao longo da vigência do contrato, em no máximo 15 (quinze) dias úteis após o recebimento formal por parte da CONTRATADA das respectivas Ordens de Fornecimento a serem encaminhadas pela citada Secretaria.

9.2 A entrega do objeto licitado deverá ser realizada no Almojarifado Central, localizado na Avenida Irga – 1248 – Distrito Industrial – PE 177, tendo como horário para entrega, de segunda a sexta-feira, das 08h às 13h.

9.3 Os produtos serão conferidos pelo Gerente Administrativo Financeiro desta Secretaria e, se achados irregulares, apresentando inconformidades e/ou que deixe de atender ao que foi especificado neste Termo de Referência, serão devolvidos à empresa, que terá o prazo de 05 (dois) dias para substituir os mesmos.

9.4 Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

9.5 Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

9.6 O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 15 (quinze) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

9.7 O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma



MUNICÍPIO DE GARANHUNS

justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

9.8 No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

9.9 O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

9.10 O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

10. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

10.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo menor preço.

Forma de Fornecimento

10.2. O fornecimento do objeto será parcelado.

Exigências de Habilitação

10.3. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

11.0 QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

As empresas licitantes deverão apresentar os seguintes **documentos** relativos à **QUALIFICAÇÃO TÉCNICA**.

11.1 **Atestado e/ou Certidão (ões)** expedida(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, em nome da empresa licitante, comprovando a aptidão para o desempenho de atividades pertinentes e compatíveis em características, com o objeto da licitação;

Somente serão aceitos os atestados com as seguintes informações: papel timbrado da empresa Jurídica de Direito Público ou Privado, com indicação do CNPJ, razão social, e este, assinado pelo responsável que o expediu, bem como a indicação do respectivo cargo ou função.

12.0 DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES ENTRE AS PARTES:

12.1 São obrigações da CONTRATADA:

- a) Fornecer os produtos de acordo com as normas previstas neste Termo de Referência, bem como no instrumento convocatório e contratual.



MUNICÍPIO DE GARANHUNS

- b) Manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação técnicas exigidas neste Termo de Referência, bem como no Instrumento convocatório e seus anexos.
- c) Aceitar nas mesmas condições contratuais, acréscimos e/ou supressões que se fizerem ao valor do objeto contratado, dentro dos limites previstos no artigo 124, da Lei nº 14.133/2021 e posteriores alterações.

12.2 São obrigações da CONTRATANTE:

- a) Acompanhar e fiscalizar a execução do fornecimento objeto deste Termo de Referência, bem como do instrumento convocatório e contratual.
- b) Efetuar o pagamento na forma e prazo previstos.
- c) Paralisar e/ou suspender a qualquer tempo o fornecimento dos produtos, sempre que houver descumprimento das normas preestabelecidas neste Termo de Referência, instrumento convocatório e contratual.

13.0 GARANTIA:

13.1 Assistência Técnica Autorizada, credenciada/disponibilizada no Estado de Pernambuco;

13.2 Garantia de 03(três) meses do licitante para todos componentes e peças;

14.0 DAS CONDIÇÕES DO PAGAMENTO:

- 14.1 O pagamento será efetuado em parcela única, em até 30(trinta) dias contados a partir da data do recebimento do(s) item(ns), solicitado(s) através da Ordem de Fornecimento, mediante a apresentação da respectiva nota fiscal devidamente atestada pela Secretaria solicitante;
- 14.2 A Nota Fiscal da Contratada tem que possuir o mesmo CNPJ dos documentos apresentados nos documentos de habilitação da licitação, sob pena de não ser processada e não paga.
- 14.3 Nenhum pagamento será efetuado à contratada enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, a qual poderá ser compensada com o pagamento pendente, sem que isso gere o direito a acréscimos de qualquer natureza.
- 14.4 Constatando-se qualquer incorreção na Nota Fiscal, bem como, qualquer outra circunstância que inviabilize seu pagamento, o prazo para pagamento constante do item acima fluirá a partir da respectiva regularização.
- 14.5 A Contratada deverá indicar no corpo da Nota Fiscal, o número e nome do banco, agência e número da conta onde deverá ser feito o pagamento;
- 14.6 A Contratante não efetuará pagamento de título descontado, ou por meio de cobrança em banco, bem como, os que forem negociados com terceiros por intermédio da operação de "factoring".
- 14.7 As despesas bancárias decorrentes de transferência de valores para outras praças serão de responsabilidade da Contratada.



MUNICÍPIO DE GARANHUNS

14.8 DA RETENÇÃO DE IRRF

14.8.1 Serão retidos na fonte os Impostos sobre a Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ), conforme as alíquotas estabelecidas para o objeto licitado e/ou processo de contratação, conforme estipulado na Instrução Normativa RFB nº 1.234/2012 e no Decreto Municipal nº 030/2023, ou em outro normativo que possa substituí-los. A Empresa CONTRATADA é responsável pelo destaque desses impostos nas notas fiscais emitidas, bem como pela apresentação de uma declaração, quando aplicável, para comprovar a não retenção do imposto, nos termos do Anexo II do Decreto Municipal.

14.9 DO CNAE NOS CONTRATOS

14.9.1 Em todos os novos contratos administrativos com esta municipalidade, na Cláusula do OBJETO, é obrigatório destacar o Código Nacional de Atividade Econômica (CNAE) do prestador do bem ou serviço, compatível com o objeto de seu contrato social ou registrado no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ).

14.10 DO PAGAMENTO PENDENTE POR ERRO NA COBRANÇA OU OUTRA CIRCUNSTÂNCIA

14.10.1 Em caso de equívoco no documento de cobrança ou em situações que impossibilitem a liquidação da despesa, o pagamento será suspenso até que a CONTRATADA tome as medidas necessárias para correção. Neste cenário, não haverá qualquer ônus à CONTRATANTE.

14.11. DA RETENÇÃO DE ISSQN PELO MUNICÍPIO

14.11.1 O município realizará a retenção na fonte do Imposto Sobre Serviço de Qualquer Natureza (ISSQN) na alíquota correspondente ao serviço prestado, nos municípios onde os serviços forem executados e a Prefeitura Municipal de Garanhuns/PE for a substituta tributária, de acordo com a legislação vigente.

14.12 ENQUADRAMENTO NO SIMPLES NACIONAL PARA A CONTRATADA

14.12.1 A Contratada, quando optante pelo Simples Nacional, deverá anexar ao faturamento dos serviços declaração formal informando o seu enquadramento nas tabelas constantes do Anexo I ao V da Lei Complementar nº. 123/2006 e destacar no corpo da Nota Fiscal o percentual da alíquota do ISS correspondente.

14.13 ALÍQUOTA DO ISS EM CASO DE OMISSÃO PELA ME OU EPP

14.13.1 Na eventualidade de a Microempresa (ME) ou Empresa de Pequeno Porte (EPP) não informar a alíquota no documento fiscal, será aplicada a alíquota de 5% (cinco por cento) do ISS, quando devido ao Município de Garanhuns, conforme disposto na Lei 123/2006 e na Lei 4325/2016.

14.14 DA RETENÇÃO DE INSS

14.14.1 Deverão ser observados o disposto na IN RFB Nº 2110/2022 dispõe sobre normas gerais de tributação previdenciária e de arrecadação das contribuições sociais destinadas à Previdência Social e das contribuições devidas a terceiros, administradas pela Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil (RFB), em especial os artigos 110 e 122.

15.0 DAS INFORMAÇÕES



MUNICÍPIO DE GARANHUNS

15.1 Declaramos para os devidos fins, que as informações contidas neste *Termo de Referência* atendem a todas as necessidades para a aquisição parcelada de **Mobiliário Corporativo** e que o teor deste documento é de inteira responsabilidade desta Secretaria.

Garanhuns, 28 de fevereiro de 2024

Inês Eliane Afonso Ferreira Madeira.
Secretária de Assistência Social e Direitos Humanos
PORTARIA Nº004/2021.GP

APÊNDICE I – ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

1. INTRODUÇÃO

O presente documento caracteriza a primeira etapa da fase de planejamento e apresenta os devidos estudos para a eventual contratação de empresa para fornecimento de Mobiliário Corporativo, que atenderá à necessidade em atendimento nos mais diversos programas e serviços da Secretaria de Assistência Social e Direitos Humanos de Garanhuns (SASDH).

O objetivo principal é estudar detalhadamente a necessidade e identificar no mercado, a melhor solução para supri-la, em observância às normas vigentes e aos princípios que regem a Administração Pública.

Este Estudo Técnico Preliminar foi elaborado a partir das solicitações encaminhadas no Plano Anual para 2024.

2. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO E RESULTADOS PRETENDIDOS

Que a Secretaria de Assistência Social e Direitos Humanos é responsável pela prestação de serviços administrativos, de benefícios, programas e projetos voltados à proteção social dos cidadãos. Para isso, faz-se necessário a aquisição de mobiliários corporativos para manutenção e implantação de atividades ligadas a esta secretaria, com o fim de viabilizar a execução dos programas e serviços ligados a ela.

Nesta perspectiva, considerando que esta secretaria não dispõe de tais itens faz-se necessário encontrar uma solução para que o objeto seja atendido.

Mesas de Trabalho: A Secretaria de Assistência Social requer mesas de trabalho para os funcionários que desempenham uma variedade de funções administrativas, como gerenciamento de casos, atendimento ao público e documentação.

Com base na estrutura organizacional atual da secretaria e no número de funcionários que precisam de espaços de trabalho, estima-se a quantidade necessária de mesas. Além disso, considera-se uma margem para possíveis aumentos na equipe no futuro próximo.

Cadeiras Ergonômicas: As cadeiras ergonômicas são essenciais para promover o conforto e a saúde dos funcionários que passam longas horas sentados durante o expediente.

Calcula-se o número de cadeiras necessárias com base na quantidade de mesas de trabalho e na necessidade de garantir que cada funcionário tenha uma cadeira adequada.

A seleção de cadeiras ergonômicas visa prevenir problemas de saúde relacionados à má postura e



MUNICÍPIO DE GARANHUNS

promover a produtividade e o bem-estar no ambiente de trabalho.

Armários e Arquivos: A Secretaria de Assistência Social lida com uma grande quantidade de documentação e materiais, incluindo registros de casos, formulários, suprimentos de escritório e materiais de referência.

Estima-se o número de armários e arquivos necessários para armazenar e organizar esses materiais de forma eficiente, levando em consideração o volume atual de documentos e a projeção de crescimento futuro.

Os armários e arquivos devem ser projetados para maximizar o espaço de armazenamento e facilitar o acesso rápido e fácil aos materiais necessários.

Outros Equipamentos: Além dos itens mencionados anteriormente, pode ser necessário adquirir outros equipamentos de mobiliário corporativo, como mesas de reunião, estantes, móveis para recepção, entre outros, para atender às necessidades específicas da Secretaria de Assistência Social.

A justificativa para a aquisição desses equipamentos baseia-se na melhoria do ambiente de trabalho, na otimização do espaço físico e na promoção de um atendimento eficiente e acolhedor aos usuários dos serviços da secretaria.

A quantidade proposta de mobiliário para a Secretaria de Assistência Social foi cuidadosamente calculada com base nas necessidades específicas de cada equipamento e na projeção de crescimento futuro da equipe. Esses itens são essenciais para garantir um ambiente de trabalho adequado e funcional, promovendo a eficiência, o conforto e o bem-estar dos funcionários e usuários dos serviços da secretaria.

Os serviços socioassistenciais prestados pela Secretaria de Assistência Social e Direitos Humanos de Garanhuns (SASDH) não podem sofrer solução de continuidade, motivo este da necessidade de AQUISIÇÃO DE MOBILIÁRIO CORPORATIVO, tão somente em âmbito municipal, em face da necessidade de que o Município de Garanhuns, com o status de guardião de todos os acolhidos em seu território municipal, conforme a Lei nº 1.210/2003, possa atender: ao Programa Integração AABB Comunidade; ao Programa Criança Feliz; aos Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos – SCFV; às Unidades de Acolhimento Municipal para Crianças e Adolescentes – Abraçar I e II; ao Núcleo de Enfrentamento a Violência contra a pessoa idosa de Garanhuns – NEVIGA; à Cozinha Comunitária; ao Acolhimento Noturno para a população em situação de rua; aos Centros de Referência em Assistência Social – CRAS; ao Centro de Referência Especializada de Assistência Social – CREAS; aos Povos Migrantes; à Casa de Justiça e Cidadania; à Casa dos Conselhos e; à unidade gestora da Secretaria de Assistência Social e Direitos Humanos.

Primeiramente, a aquisição desses itens é necessária para atender ao interesse público de manter os serviços desta secretaria pública. A intenção de adquirir materiais permanentes que suportem atividades essenciais para o cumprimento de suas obrigações visa assegurar condições de trabalho adequadas aos funcionários que atendem diretamente ou indiretamente os usuários.

Cabe aqui ressaltar que o uso contínuo dos mobiliários enseja o desgaste e danificação desses, comprometendo a estrutura física dos ambientes de trabalho, a rotina administrativa e a saúde do servidor, que passa a maior parte do seu tempo no ambiente de trabalho. Vale frisar que novos equipamentos de Assistência Social estão sendo implantados, como também gradativamente ocorre ampliação no número de atendimentos dos serviços já existentes.

Considerando, que o almoxarifado da Secretaria de Assistência Social e Direitos Humanos, não possui estoque do referido objeto em questão.



MUNICÍPIO DE GARANHUNS

Portanto, é imprescindível manter os colaboradores com melhor estrutura, também melhora o bem-estar e o desempenho no ambiente de trabalho. Além de contribuir para um ambiente mais saudável e acolhedor para todos os envolvidos e viabilizar o atendimento aos usuários. Com isso, se faz necessário realizar constantes investimentos na estrutura.

3. PREVISÃO NO DE CONTRATAÇÃO ANUAL

O Município de Garanhuns, não dispõe de Plano de Contratação Anual neste exercício.

Todavia, a aquisição de Mobiliário Corporativo, guarda alinhamento ao planejamento estratégico anual da Secretaria de Assistência Social e Direitos Humanos, quanto à manutenção dos serviços socioassistenciais, com o fornecimento dos referentes itens, dada a necessidade e que assim possa dar continuidade na execução das atividades administrativas. (inciso II do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21)

4. DESCRIÇÃO DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1 REQUISITOS MÍNIMOS DE QUALIDADE:

- a) O prazo de garantia dos produtos, deverá obedecer o previsto pelo fabricante, salvo a exceção de não haver garantia pelo fabricante, o prazo de garantia não poderá ser inferior a 03 (três) meses, a contar da data de recebimento do mesmo.
- b) Os materiais deverão ser certificados pelo INMETRO e estar, comprovadamente, dentro das especificações das normas técnicas da ABNT pertinentes a cada item.
- c) A(s) empresa(s) vencedora(s) dos materiais será(ão) responsável(is) pela substituição, troca ou reposição dos materiais porventura entregues com defeito, danificados, ressecados ou não compatíveis com as especificações do edital.
- d) Durante o prazo de garantia dos materiais o fornecedor fica obrigado a substituir o material defeituoso no prazo máximo de 5 (cinco) dias.

4.2 AS PRÁTICAS DE SUSTENTABILIDADE SOB AS DIFERENTES DIMENSÕES AMBIENTAL, SOCIAL E ECONÔMICA

Para a aquisição de mobiliário corporativo para a Secretaria de Assistência Social e Direitos Humanos, foi considerado práticas de sustentabilidade que abordem as diferentes dimensões ambiental, social e econômica. Assim como:

Dimensão Ambiental:

Certificações Ambientais: Priorizando móveis que possuam certificações reconhecidas, para garantir que a madeira utilizada seja proveniente de manejo florestal sustentável.

Materiais Sustentáveis: Optar por móveis fabricados com materiais reciclados ou de baixo impacto ambiental. Por exemplo, móveis feitos com plásticos reciclados, tecidos orgânicos ou reciclados, ecológicos e tintas não tóxicas.

Eficiência Energética: Escolher móveis que tenham sido fabricados utilizando processos que minimizem o consumo de energia e recursos naturais durante a produção.

Durabilidade e Longevidade: Priorizar móveis de alta qualidade e durabilidade, que reduzam a necessidade de substituição frequente e, conseqüentemente, minimizem o impacto ambiental ao longo do ciclo de vida.



MUNICÍPIO DE GARANHUNS

Dimensão Social:

Condições de Trabalho: Exigir dos fornecedores o cumprimento de normas trabalhistas e condições justas de trabalho para os funcionários envolvidos na fabricação dos móveis.

Inclusão Social: Priorizar fornecedores que demonstrem práticas de inclusão social em suas operações, como contratação de minorias, apoio a comunidades locais ou programas de capacitação.

Respeito aos Direitos Humanos: Verificar se os fornecedores respeitam os direitos humanos em todas as etapas da produção, desde a extração de matérias-primas até a fabricação final dos móveis.

Dimensão Econômica:

Compra Local: Priorizar fornecedores locais ou regionais para promover a economia local e reduzir o impacto ambiental associado ao transporte.

Preço Justo: Buscar o equilíbrio entre o preço dos móveis e as práticas sustentáveis adotadas pelos fornecedores, garantindo que o investimento seja sustentável não apenas ambientalmente, mas também economicamente.

Parcerias Estratégicas: Estabelecer parcerias com fornecedores comprometidos com práticas sustentáveis a longo prazo, promovendo relacionamentos comerciais estáveis e benéficos para ambas as partes.

Se faz necessário implementar essas práticas sustentáveis não apenas ajuda a mitigar o impacto ambiental da aquisição de mobiliário corporativo, mas também contribui para a promoção de uma imagem institucional responsável e comprometida com o bem-estar social e econômico da comunidade.

5 CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO E DO LOCAL E DA ENTREGA DOS PRODUTOS:

5.1 O fornecimento do objeto deste Contrato, tão somente em âmbito municipal, o qual se dará de forma parcelada, conforme as necessidades da Secretaria de Assistência Social e Direitos Humanos ao longo da vigência do contrato sem nenhum ônus para o município, mediante o recebimento formal por parte da CONTRATADA das respectivas Ordens de Fornecimento encaminhadas pela citada secretaria;

5.2 O objeto deste Contrato, depois de licitado deverá ser entregue em no máximo 15 (quinze) dias úteis, após o recebimento por parte do Contratado da Ordem de Fornecimento, encaminhada pela Secretaria de Assistência Social e Direitos Humanos.

5.3 Os produtos serão conferidos através do Agente de Almoxarifado desta Secretaria, situado na Avenida Irga, 1248, Distrito Industrial PE 177 e se achados irregulares, apresentando inconformidades e/ou que deixem de atender ao que foi especificado neste Contrato, serão devolvidos à empresa, que terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis para substituir os mesmos.

5.4 A entrega será fiscalizada por responsável designado pela contratante, que anotará em livro próprio os acontecimentos relevantes, bem como as providências tomadas para sanar as falhas identificadas, ou ainda, a recusa do licitante vencedor em saná-las nos prazos previstos neste termo ou, em casos omissos, em até 5 (cinco) dias úteis.

6 ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES A SEREM CONTRATADAS



MUNICÍPIO DE GARANHUNS

Para facilitar o processo licitatório os itens foram divididos em lotes de acordo com o uso. Sendo: Lote 1- Móveis Corporativos; Lote 2- Utilidades Domésticas; Lote 3- Mobiliário Infantil; e Lote 4- Utilidades Industriais. Baseado nas seguintes especificações e distribuição de quantidades:

LOTE 1 - MÓVEIS EXECUTIVOS			
ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE FORNECIMENTO	QTD
1	APARADOR, com pés em metal, medindo 120cm, cor cinza ou preta. Garantia de 3 meses contra defeito de fabricação.	UND	25
2	ARMÁRIO ALTO EXECUTIVO SEMI-ABERTO, confeccionado em BP 15mm, 2 portas de abrir, prateleira, rodapé em chapa de aço dobrada com nivelador de altura, cor marrom ou tabaco, medidas (LxPxÁ): 80cm x 46cm x 160cm. Garantia de 3 meses contra defeito de fabricação.	UND	2
3	ARMÁRIO ALTO FECHADO DIRETOR, confeccionado em BP 15mm, 2 portas de abrir, com chave, prateleiras internas, rodapé em chapa de aço dobrada com nivelador de altura, cor marrom ou tabaco, medidas (LxPxÁ): 80cm x 46cm x 160cm. Garantia de 3 meses contra defeito de fabricação.	UND	5
4	ARMÁRIO BAIXO FECHADO, linha UNO, 2 portas, com chave, material BP 15mm, rodapé em chapa de aço dobrada, pés com nivelador de altura, cor Alamo ou Tabaco, medidas (LxPxÁ): 80cm x 46cm x 74cm. Garantia de 3 meses contra defeito de fabricação.	UND	2
5	ARMÁRIO BAIXO, material MDF, 2 portas, com chave, sem gavetas, 1 prateleira interna, puxadores em polítileno, pés resistentes, com sapata niveladora, cor preta, cinza ou marrom, dimensões aproximadas (AxPxL): 70cm x 40cm x 80cm (podendo variar até 5cm). Garantia de 3 meses contra defeito de fabricação.	UND	20
6	ARMÁRIO DE ESCRITÓRIO em aço de alta qualidade, 2 portas, com chave, sem gavetas, 4 prateleiras, 30kg distribuídos por bandeja, pés fixos e resistentes, cor cinza, medidas aproximadas (AxPxL): 190cm x 40cm x 90cm (podendo variar até 5cm). Garantia de 3 meses contra defeito de fabricação.	UND	64
7	ARMÁRIO DE ESCRITÓRIO material MDP, 2 portas, com chave, sem gavetas, 4 prateleiras, dobradiças em aço, puxador em polipropileno, pés fixos e resistentes, cor preta ou cinza, medidas aproximadas (AxPxL): 160cm x 42cm x 80cm. Garantia de 3 meses contra defeito de fabricação.	UND	4
8	ARMÁRIO VESTIÁRIO, em aço, com 8 portas, com chaves e medindo no mínimo 1,98m de altura, 62,5cm de largura e 0,40cm de profundidade. Garantia de 3 meses contra defeito de fabricação.	UND	9
9	ARQUIVO DE AÇO 4 GAVETAS, com chave, gavetas com capacidade mínima de 10kg (cada), fabricado em chapa 26 tratada com antiferruginoso, com puxador, resistente, cor cinza, dimensões aproximadas (AxPxL): 133cm x 49cm x 46cm (podendo variar até 5cm), destinado ao armazenamento de documentos por pasta suspensa. Garantia de 3 meses contra defeito de fabricação.	UND	32
10	CADEIRA EXECUTIVA GIRATÓRIA (gerente), com braços reguláveis, estrutura metálica, com assento e encosto com espuma injetada de alta qualidade, em tecido na cor preta, mecanismo giratório com regulagem de altura com sistema de amortecimento a gás, 5 pés com rodízios, encosto regulável, confortável. Dimensões (L x A x P): 58cm x 90 a 100cm x 54 cm (aproximadamente). Garantia de 3 meses contra defeito de fabricação.	UND	74
11	CADEIRA PLÁSTICA, com braço, tipo poltrona, material polipropileno, confortável e resistente, empilhável, capacidade mínima suportada 120kg, com proteção contra raios UV, cor branca, certificada pelo INMETRO. Dimensões aproximadas (L x A x P): 53cm x 72cm x 53cm). Garantia de 3 meses contra defeito de fabricação.	UND	300

**MUNICÍPIO DE GARANHUNS**

12	CADEIRA PLÁSTICA, sem braço, material polipropileno, confortável e resistente, empilhável, capacidade mínima suportada 120kg, com proteção contra raios UV, cor branca, certificada pelo INMETRO. Dimensões aproximadas (L x A x P): 43cm x 85cm x 40cm). Garantia de 3 meses contra defeito de fabricação.	UND	645
13	CADEIRA SECRETÁRIA FIXA, sem braços, estrutura metálica, pés palito, com assento e encosto em espuma injetada, em tecido na cor preta, ergonômica e confortável. Dimensões (L x A x P): 43cm x 85cm x 40cm (aproximadamente). Garantia de 3 meses contra defeito de fabricação.	UND	317
14	CADEIRA SECRETÁRIA GIRATÓRIA, sem braços, estrutura metálica, com assento e encosto em espuma injetada de alta qualidade, em tecido na cor preta, mecanismo giratório com regulagem de altura com sistema de amortecimento a gás, 5 pés com rodízios, encosto regulável, ergonômica e confortável. Dimensões (L x A x P): 55cm x 86 a 98cm x 55 cm (aproximadamente). Garantia de 3 meses contra defeito de fabricação.	UND	33
15	ESTANTE EM AÇO, 6 prateleiras reguláveis, reforçadas, confeccionadas em chapa que comporta no mínimo 15kg (cada), resistente, com tratamento anti-ferruginoso, colunas de aço com regulagem, pés fixos e resistentes, cor cinza, medidas aproximadas (AxPxL): 198cm x 92cm x 40cm (podendo variar até 5cm). Garantia de 3 meses contra defeito de fabricação.	UND	54
16	ESTANTE EM MDP, com 4 prateleiras, medindo no mmínimo em largura 60 cm, altura 180 cm e profundidade 30 cm, nas cores cinza e preta. Garantia de 3 meses contra defeito de fabricação.	UND	1
17	GAVETEIRO VOLANTE 4 GAVETAS, linha UNO, confeccionado em BP 15mm, com chave, com rodízios, puxadores em polipropileno, cor marrom ou tabaco, dimensões (LxPxA): 46cm x 45cm x 67,5cm. Garantia de 3 meses contra defeito de fabricação.	UND	7
18	LONGARINA SECRETÁRIA 3 LUGARES, sem braços estrutura metálica, com assento e encosto em espuma injetada de alta qualidade, em tecido na cor preta, pés fixos, ergonômica, confortável. Dimensões aproximadas (L x A x P): 145cm x 83cm x 50cm. Garantia de 3 meses contra defeito de fabricação.	UND	10
19	MESA DE ESCRITÓRIO, com duas gavetas, com chave, tamanho 1,20 m x 0,60 m, pés em aço, com sapatas niveladoras de altura, material resistente, cor marrom (amadeirada). Garantia de 3 meses contra defeito de fabricação.	UND	20
20	MESA DE ESCRITÓRIO, com duas gavetas, com chave, tamanho 1,20 m x 0,60 m, pés em aço, com sapatas niveladoras de altura, material resistente, cor preta ou cinza. Garantia de 3 meses contra defeito de fabricação.	UND	45
21	MESA DELTA GERENTE ESQUERDA, linha Prima Clean, com tampos e pés em BP 25mm , pé canto confeccionado em aço com nivelador de altura, cor marrom ou Tabaco, dimensões (AxLExLDxP): 740cm x 220cm x 180cm x 600cm. Garantia de 3 meses contra defeito de fabricação.	UND	10
22	MESA PARA REUNIÃO. Para 6 Lugares. Formato retangular e dimensões: Larg. 1,60 m x Prof. 0,90 cm X Alt. 0,74 cm. Tampo Bi-Partido: MDP 25 mm revestimento melamínico. Saia: MDP 15 mm revestimento melamínico. Pés: Estrutura metálica, com calhas para passagem de fios. Garantia de 3 meses contra defeito de fabricação.	UND	14
23	MESA PARA REUNIÃO. Para 12 Lugares. Formato retangular e dimensões: Larg. 3,00 m x Prof. 1,10 m X Alt. 0,74 cm. Tampo Bi-Partido: MDP 25 mm revestimento melamínico. Saia: MDP 15 mm revestimento melamínico. Pés: Estrutura metálica, com calhas para passagem de fios. Garantia de 3 meses contra defeito de fabricação.	UND	5

**MUNICÍPIO DE GARANHUNS**

24	MESA PLÁSTICA, retangular e em material polipropileno resistente. Dimensões aproximadas (L x C): 136 x 84cm. Garantia de 3 meses contra defeito de fabricação.	UND	2
25	MESA PLÁSTICA, quadrada, material polipropileno, resistente, pés fixos, não dobrável, empilhável. Dimensões aproximadas (L x A x P): 70cm x 70cm x 70cm). Garantia de 3 meses contra defeito de fabricação.	UND	115
26	PRATELEIRA EM MDF, com suporte para parede e tamanho 1,2m. Garantia de 3 meses contra defeito de fabricação.	UND	4
27	SUORTE PARA CPU E NOBREAK, com rodízios, material MDP, peso mínimo suportado 15kg, resistente, cor preta, medidas aproximadas (LxAxC): 28cm x 39cm x 45cm (podendo variar até 5cm). Garantia de 3 meses contra defeito de fabricação.	UND	12

LOTE 2 - UTILIDADES DOMÉSTICAS

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE FORNECIMENTO	QTD
1	ARMÁRIO AÉREO em aço, branco, 3 portas, com puxador de alumínio, 1 prateleira interna, dobradiça em aço, dimensões aproximadas (AxPxL): 55cm x 30cm x 105cm. Garantia de 3 meses contra defeito de fabricação.	UND	17
2	ARMÁRIO DE COZINHA COMPLETO, com no mínimo 7 portas e 2 gavetas em MDP, cor branca. Garantia de 3 meses contra defeito de fabricação.	UND	2
3	CAMA DE SOLTEIRO. Em madeira, cujo peso suportado chega a 130 Kg. Com no mínimo as seguintes medidas: Largura 94cm; Altura 1,10m; Comprimento 1,99m. Garantia de 3 meses contra defeito de fabricação.	UND	20
4	CAMA DE SOLTEIRO, BELICHE. Em madeira, cujo peso suportado chega a 130 Kg, cada. Com no mínimo as seguintes medidas: Largura 90cm; Altura 1,64m; Comprimento 1,90m. Garantia de 3 meses contra defeito de fabricação.	UND	20
5	CÔMODA. Em material resistente, 100% MDF, com 4 gavetas e 2 puxadores por gaveta. Dimensões mínimas: Altura 84,7cm, largura 90,00cm e profundidade 44,7cm. Peso suportado 34 Kg. Garantia de 3 meses contra defeito de fabricação.	UND	4
6	ESPELHO. Material vidro/moldura alumínio, diâmetro 60 cm, formato convexo e características adicionais para suporte bidirecional para fixação. Garantia de 3 meses contra defeito de fabricação.	UND	4
7	ESPELHO RETANGULAR. Material vidro/moldura retangular de madeira, medindo 42x92cm, admitindo variação de 10% e características adicionais para suporte bidirecional para fixação. Garantia de 3 meses contra defeito de fabricação.	UND	4
8	GUARDA-ROUPA, em madeira 100% MDF com 4 portas e 2 gavetas corrediça telescópica, medindo no mínimo: Altura 187cm, largura 119cm e profundidade 40cm. Capacidade de suportar 70kg. Garantia de 3 meses contra defeito de fabricação.	UND	8
9	JOGO DE SOFÁ, com 2 e 3 lugares. Com braços para encosto e recoberto em material impermeável e pés em alumínio. Garantia de 3 meses contra defeito de fabricação.	UND	5
10	MESA DE PASSAR ROUPA, reforçada e com estrutura em alumínio. Garantia de 3 meses contra defeito de fabricação.	UND	4
11	PAINEL PARA TV COM APARADOR, compatível com televisão 42" polegadas e em material MDF. Cor: amadeirada. Garantia de 3 meses contra defeito de fabricação.	UND	1

LOTE 3 - MOBILIÁRIO INFANTIL



MUNICÍPIO DE GARANHUNS

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE FORNECIMENTO	QTD
1	BERÇO. Em MDP e com colchão incluso. Certificado pelo INMETRO. Tamanho do Produto Montado (L x A X P): 133 cm x 92 cm x 69 cm. Cor branco neve. Garantia de 3 meses contra defeito de fabricação.	UND	4
2	MESA INFANTIL DE MADEIRA MDF COM 4 CADEIRAS. Mesa: altura 55cm, largura 60cm e profundidade 60 cm. Cadeira: altura 60cm, largura 26cm e profundidade 31 cm. Cor: Colorido. Garantia de 3 meses contra defeito de fabricação.	UND	12

LOTE 4 - UTILIDADES INDUSTRIAIS

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE FORNECIMENTO	QTD
1	ESTANTE DE INOX INDUSTRIAL COM 5 PRATELEIRAS, medindo 100x40x200cm, em material resistente à corrosão. Garantia de 3 meses contra defeito de fabricação.	UND	2
2	MESA EM INOX, tipo bancada, em material de alta qualidade, inoxidável resistente a corrosão, medindo no mínimo 1,90x0,7m e com 2 planos. Garantia de 3 meses contra defeito de fabricação.	UND	2
3	MESA EM INOX, tipo bancada, em material de alta qualidade, inoxidável resistente a corrosão e medindo no mínimo 90cm e com 2 planos. Garantia de 3 meses contra defeito de fabricação.	UND	2
4	MESA EM INOX, em material de alta qualidade, inoxidável resistente a corrosão, com rodas para auxiliar cozinha, medindo 40x60x80cm. Garantia de 3 meses contra defeito de fabricação.	UND	2
5	PRATELEIRA EM INOX, em material resistente a corrosão, com mão francesa 1.800mmX300mm. Garantia de 3 meses contra defeito de fabricação.	UND	4

7 LEVANTAMENTO DE MERCADO

Fundamentação: Levantamento de mercado, que consiste na análise das alternativas possíveis, e justificativa técnica e econômica da escolha do tipo de solução a contratar. (inciso V do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/2021).

Não se verificam outras soluções passíveis de atender a demanda senão aquisição com fabricantes e/ou fornecedores.

Com base nas diretrizes no Guia de Contratações Sustentáveis, foram realizadas pesquisas no Portal Nacional de Compras Públicas plataforma da Administração Pública para um sucinto levantamento de fornecedores de cada categoria de produto que se pretende adquirir. Até o momento da elaboração desse estudo o Portal disponibilizado pelo Governo Federal não possui as informações necessárias para a referida aquisição de mobiliário corporativo.

Para a aquisição parcelada de mobiliário corporativo a Secretaria de Assistência Social e Direitos Humanos, foram vistas soluções disponíveis no mercado que podem ser consideradas. Abaixo estão algumas opções comuns:

Compra Direta de Fornecedores Especializados: Esta é a abordagem tradicional onde a Secretaria pode negociar diretamente com fornecedores especializados em mobiliário corporativo. Isso oferece flexibilidade em termos de escolha de produtos e condições de pagamento. No entanto a real necessidade não permite realizar compra direta em razão do valor, pois diante da pesquisa de



MUNICÍPIO DE GARANHUNS

preço, foi verificado que ultrapassa o limite permitido da compra direta.

Participação em Atas de Registro de Preços: A Secretaria pode optar por participar de atas de registro de preços já existentes, que são instrumentos de contratação pública onde os preços de produtos ou serviços são registrados após um processo competitivo. Isso facilita a compra parcelada ao longo do tempo, conforme a necessidade, porém a dificuldade é encontrar uma ata de registro de preço que venha a suprir todas as necessidades da SASDH.

Pregão Eletrônico: Modalidade de licitação adequada para aquisição de bens e serviços comuns, como mobiliário corporativo padronizado. Permite uma competição transparente entre os fornecedores através de plataformas eletrônicas.

Contratação por Registro de Preços por Consórcio Intermunicipal: Em algumas regiões, consórcios intermunicipais podem realizar processos de registro de preços para aquisição conjunta de mobiliário corporativo. Isso pode oferecer economias de escala e melhores condições de compra.

Leilão Eletrônico: Uma opção menos comum para mobiliário corporativo, mas que pode ser explorada dependendo da legislação local e das condições de mercado. Pode ser adequado para casos onde há necessidade de liquidar estoques ou ativos excedentes.

Cada uma dessas soluções possui vantagens e considerações específicas em termos de custo, eficiência e conformidade com a legislação vigente. É essencial que a Secretaria avalie suas necessidades específicas de mobiliário, os requisitos legais para contratação pública e busque orientação técnica e jurídica para garantir uma aquisição eficaz e sustentável.

A utilização do pregão eletrônico para a aquisição de mobiliário corporativo pela Secretaria de Assistência Social e Direitos Humanos pode ser justificada por diversos motivos que destacam suas vantagens e adequação para esse tipo de contratação:

Competitividade e Economia: O pregão eletrônico promove uma ampla competição entre os fornecedores, permitindo que diferentes empresas apresentem suas propostas de forma simultânea e competitiva. Isso tende a resultar em preços mais competitivos e vantajosos para a administração pública, garantindo economia de recursos.

Transparência: O processo de pregão eletrônico é transparente e acessível ao público, pois é conduzido por meio de uma plataforma online. Isso proporciona maior visibilidade sobre as etapas do processo, desde a publicação do edital até a escolha do fornecedor, o que contribui para a lisura e a credibilidade do processo licitatório.

Agilidade e Eficiência: Por ser realizado de forma eletrônica, o pregão reduz significativamente os prazos de condução da licitação. A fase de lances pode ser rápida e dinâmica, permitindo uma conclusão mais ágil do processo de contratação, o que é especialmente importante quando há necessidade de prazos de entrega definidos.

Padronização e Comparação Objetiva: O mobiliário corporativo, geralmente, é um bem de especificações técnicas comuns e facilmente comparáveis entre os diferentes fornecedores. Isso facilita a definição de critérios objetivos para a avaliação das propostas, garantindo que a escolha seja baseada em critérios técnicos e comerciais claros.

Flexibilidade na Negociação: Durante a etapa de disputa de lances, a administração pública pode negociar diretamente com os fornecedores, buscando obter melhores condições de preço, prazos e outras cláusulas contratuais. Isso possibilita ajustar a contratação de acordo com as necessidades específicas da Secretaria.



MUNICÍPIO DE GARANHUNS

Conformidade com a Legislação Vigente: O pregão eletrônico está previsto na legislação brasileira (Lei nº 14.133/2021), sendo uma modalidade adequada e recomendada para aquisição de bens e serviços comuns, como é o caso do mobiliário corporativo padronizado.

Portanto, considerando esses pontos, o pregão eletrônico se apresenta como uma opção eficaz e vantajosa para a Secretaria de Assistência Social e Direitos Humanos realizar a aquisição de mobiliário corporativo, proporcionando economia, transparência, agilidade e conformidade com a legislação vigente.

8. ESTIMATIVA DO PREÇO DA CONTRATAÇÃO

Decidiu-se pela pesquisa junto a fornecedores locais. A partir das cotações recebidas, são os seguintes os valores estimados com respectivas quantidades.

A pesquisa de preços para fins de determinação do valor estimado em processo licitatório para a AQUISIÇÃO DE BENS E CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS EM GERAL será realizada mediante a utilização dos seguintes parâmetros, empregados de forma combinada ou não:

1- Preços constantes do Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) - Portal este disponibilizado pelo Governo Federal não possui as informações necessárias para a referida aquisição de mobiliário corporativo;

2- Preços de contratações SIMILARES feitas pela Administração Pública, em execução ou concluídas no período de 1 (um) ano antes, inclusive mediante sistema de registro de preços, observado o índice de atualização de preços correspondente – Infelizmente a Administração Pública Municipal não possui contratação similar período máximo de um ano;

3- DADOS DE PESQUISA publicada em mídia especializada, TABELA DE REFERÊNCIA formalmente aprovada pelo Poder Executivo federal e SÍTIOS ELETRÔNICOS especializados ou de domínio amplo, desde que contenham a data e hora de acesso – Foi realizada pesquisa em sítios eletrônicos oficial do Governo Federal e não foi encontrada a variação de valor para a pesquisa de preço, somente em site de compras.

4- PESQUISA NO BANCO DE PREÇO, impossibilidade da utilização de plataforma de pesquisa de preço, em razão do contrato com esta Secretaria já ter sido expirado e encontra-se em processo de nova contratação;

5- Pesquisa DIRETA com no mínimo 3 fornecedores, mediante solicitação formal de cotação – conforme publicação realizada em Diário Oficial no dia 08 de dezembro de 2023 (ID E2ACD0EE) segue anexo as propostas, no qual se justifica a mediana de preço, para fundamentar o processo licitatório;

A justificativa para a escolha dos fornecedores para análise de preço, conforme o art. 23, IV da Lei 14.133, pode ser baseada nos seguintes pontos:

Atendimento aos Requisitos Legais: O processo de seleção dos fornecedores seguiu as diretrizes estabelecidas pela Lei 14.133, garantindo transparência, competitividade e isonomia na escolha dos participantes.

Publicidade e Ampliação da Concorrência: A publicação do convite para envio de orçamentos no Diário Oficial permitiu que um número amplo de fornecedores tivesse acesso à oportunidade de participar do processo, apresentando seus orçamentos e assim ampliando a concorrência e



MUNICÍPIO DE GARANHUNS

promovendo a obtenção de melhores preços para a Secretaria de Assistência Social, com a pesquisa em estabelecimentos renomados e de grande porte no município para chegar na mediana de preço.

Facilidade de Acesso para Fornecedores Locais: Com a possibilidade de envio diretamente seus orçamentos para a Secretaria de Assistência Social e Direitos Humanos após a publicação no Diário Oficial, os fornecedores locais tiveram fácil acesso ao processo de seleção, levando-se também em consideração a pesquisa de preço em estabelecimentos de renomados e de grande porte em Garanhuns, promovendo a participação de empresas da região e contribuindo para o desenvolvimento econômico local.

Agilidade e Eficiência no Processo: Com o envio das propostas diretamente na Secretaria demandante foi realizada a pesquisa em estabelecimentos de grande porte e de renome na região permitiu-se um processo mais ágil e eficiente, reduzindo o tempo necessário para a avaliação da melhor solução a ser aplicada e conhecimento do valor de mercado de impressoras.

Transparência e Rastreabilidade: após publicação em Diário Oficial os fornecedores interessados poderiam enviar suas propostas para a secretaria demandante, além disso foi realizada pesquisa com fornecedores renomados e de grande porte e assim proporcionou maior transparência e rastreabilidade no processo análise de mercado, uma vez que os registros dessas comunicações podem ser facilmente documentados e verificados conforme a publicação em D.O e anexos no processo.

Economia de Recursos Públicos: Ao promover uma competição aberta e transparente entre os fornecedores, a Secretaria de Assistência Social busca garantir a obtenção dos melhores preços e condições para a aquisição de produtos e serviços, contribuindo para a economia de recursos públicos.

Em resumo, a escolha dos fornecedores para análise de preço, conforme o art. 23, IV da Lei 14.133, baseou-se na busca por transparência, ampliação da concorrência, agilidade no processo e obtenção dos melhores preços para atender às necessidades da Secretaria de Assistência Social de forma eficiente e econômica

LOTE 1 - MÓVEIS EXECUTIVOS

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QTD	FORNECEDOR 01	FORNECEDOR 02	FORNECEDOR 03	MEDIANA	VALOR GLOBAL ADMITIDO
1	APARADOR, com pés em metal, medindo 120cm, cor cinza ou preta. Garantia de 3 meses contra defeito de fabricação.	UND	25	R\$ 465,00	R\$ 459,00	R\$ 450,00	R\$ 459,00	R\$ 11.475,00
2	ARMÁRIO ALTO EXECUTIVO SEMI-ABERTO, linha UNO, confeccionado em BP 15mm, 2 portas de abrir, prateleira, rodapé em chapa de aço dobrada com nivelador de altura,	UND	2	R\$ 999,00	R\$ 999,00	R\$ 985,00	R\$ 999,00	R\$ 1.998,00

**MUNICÍPIO DE GARANHUNS**

	cor marrom ou tabaco, medidas (LxPxA): 80cm x 46cm x 160cm. Garantia de 3 meses contra defeito de fabricação.							
3	ARMÁRIO ALTO FECHADO DIRETOR, linha UNO, confeccionado em BP 15mm, 2 portas de abrir, com chave, prateleiras internas, rodapé em chapa de aço dobrada com nivelador de altura, cor marrom ou tabaco, medidas (LxPxA): 80cm x 46cm x 160cm. Garantia de 3 meses contra defeito de fabricação.	UN D	5	R\$ 999,00	R\$ 990,00	R\$ 985,00	R\$ 990,00	R\$ 4.950,00
4	ARMÁRIO BAIXO FECHADO, linha UNO, 2 portas, com chave, material BP 15mm, rodapé em chapa de aço dobrada, pés com nivelador de altura, cor Alamo ou Tabaco, medidas (LxPxA): 80cm x 46cm x 74cm. Garantia de 3 meses contra defeito de fabricação.	UN D	2	R\$ 595,00	R\$ 600,00	R\$ 589,00	R\$ 595,00	R\$ 1.190,00
5	ARMÁRIO BAIXO, material MDF, 2 portas, com chave, sem gavetas, 1 prateleira interna, puxadores em polietileno, pés resistentes, com sapata niveladora, cor preta, cinza ou marrom, dimensões aproximadas (AxPxL): 70cm x 40cm x 80cm (podendo variar até 5cm). Garantia de 3 meses contra	UN D	20	R\$ 595,00	R\$ 599,00	R\$ 589,00	R\$ 595,00	R\$ 11.900,00

**MUNICÍPIO DE GARANHUNS**

	defeito de fabricação.							
6	ARMÁRIO DE ESCRITÓRIO em aço de alta qualidade, 2 portas, com chave, sem gavetas, 4 prateleiras, 30kg distribuídos por bandeja, pés fixos e resistentes, cor cinza, medidas aproximadas (AxPxL): 190cm x 40cm x 90cm (podendo variar até 5cm). Garantia de 3 meses contra defeito de fabricação.	UN D	64	R\$ 1.080,00	R\$ 1.019,00	R\$ 999,00	R\$ 1.019,00	R\$ 65.216,00
7	ARMÁRIO DE ESCRITÓRIO material MDP, 2 portas, com chave, sem gavetas, 4 prateleiras, dobradiças em aço, puxador em polipropileno, pés fixos e resistentes, cor preta ou cinza, medidas aproximadas (AxPxL): 160cm x 42cm x 80cm. Garantia de 3 meses contra defeito de fabricação.	UN D	4	R\$ 900,00	R\$ 899,00	R\$ 890,00	R\$ 899,00	R\$ 3.596,00
8	ARMÁRIO VESTIÁRIO, em aço, com 8 portas, com chaves e medindo no mínimo 1,98m de altura, 62,5cm de largura e 0,40cm de profundidade. Garantia de 3 meses contra defeito de fabricação.	UN D	9	R\$ 999,00	R\$ 999,00	R\$ 985,00	R\$ 999,00	R\$ 8.991,00

**MUNICÍPIO DE GARANHUNS**

9	ARQUIVO DE AÇO 4 GAVETAS, com chave, gavetas com capacidade mínima de 10kg (cada), fabricado em chapa 26 tratada com antiferruginoso, com puxador, resistente, cor cinza, dimensões aproximadas (AxPxL): 133cm x 49cm x 46cm (podendo variar até 5cm), destinado ao armazenamento de documentos por pasta suspensa. Garantia de 3 meses contra defeito de fabricação.	UN D	32	R\$ 1.050,00	R\$ 1.100,00	R\$ 1.020,00	R\$ 1.050,00	R\$ 33.600,00
10	CADEIRA EXECUTIVA GIRATÓRIA (gerente), com braços reguláveis, estrutura metálica, com assento e encosto com espuma injetada de alta qualidade, em tecido na cor preta, mecanismo giratório com regulagem de altura com sistema de amortecimento a gás, 5 pés com rodízios, encosto regulável, confortável. Dimensões (L x A x P): 58cm x 90 a 100cm x 54 cm (aproximadamente). Garantia de 3 meses contra defeito de fabricação.	UN D	74	R\$ 525,00	R\$ 535,90	R\$ 499,00	R\$ 525,00	R\$ 38.850,00
11	CADEIRA PLÁSTICA, com braço, tipo poltrona, material polipropileno, confortável e resistente, empilhável, capacidade mínima suportada 120kg,	UN D	30 0	R\$ 57,00	R\$ 57,00	R\$ 55,00	R\$ 57,00	R\$ 17.100,00

**MUNICÍPIO DE GARANHUNS**

	com proteção contra raios UV, cor branca, certificada pelo INMETRO. Dimensões aproximadas (L x A x P): 53cm x 72cm x 53cm). Garantia de 3 meses contra defeito de fabricação.							
12	CADEIRA PLÁSTICA, sem braço, material polipropileno, confortável e resistente, empilhável, capacidade mínima suportada 120kg, com proteção contra raios UV, cor branca, certificada pelo INMETRO. Dimensões aproximadas (L x A x P): 43cm x 85cm x 40cm). Garantia de 3 meses contra defeito de fabricação.	UN D	64 5	R\$ 41,00	R\$ 41,90	R\$ 39,90	R\$ 41,00	R\$ 26.445,00
13	CADEIRA SECRETÁRIA FIXA, sem braços, estrutura metálica, pés palito, com assento e encosto em espuma injetada, em tecido na cor preta, ergonômica e confortável. Dimensões (L x A x P): 43cm x 85cm x 40cm (aproximadamente). Garantia de 3 meses contra defeito de fabricação.	UN D	31 7	R\$ 245,00	R\$ 243,65	R\$ 240,00	R\$ 243,65	R\$ 77.237,05
14	CADEIRA SECRETÁRIA GIRATÓRIA, sem braços, estrutura metálica, com assento e encosto em espuma injetada de alta qualidade, em tecido na cor	UN D	33	R\$ 410,00	R\$ 415,00	R\$ 399,00	R\$ 410,00	R\$ 13.530,00

**MUNICÍPIO DE GARANHUNS**

	preta, mecanismo giratório com regulagem de altura com sistema de amortecimento a gás, 5 pés com rodízios, encosto regulável, ergonômica e confortável. Dimensões (L x A x P): 55cm x 86 a 98cm x 55 cm (aproximadamente). Garantia de 3 meses contra defeito de fabricação.							
15	ESTANTE EM AÇO, 6 prateleiras reguláveis, reforçadas, confeccionadas em chapa que comporta no mínimo 15kg (cada), resistente, com tratamento anti-ferruginoso, colunas de aço com regulagem, pés fixos e resistentes, cor cinza, medidas aproximadas (AxPxL): 198cm x 92cm x 40cm (podendo variar até 5cm). Garantia de 3 meses contra defeito de fabricação.	UND	54	R\$ 356,00	R\$ 349,00	R\$ 345,00	R\$ 349,00	R\$ 18.846,00
16	ESTANTE EM MDP, com 4 prateleiras, medindo no mínimo em largura 60 cm, altura 180 cm e profundidade 30 cm, nas cores cinza e preta. Garantia de 3 meses contra defeito de fabricação.	UND	1	R\$ 410,00	R\$ 419,00	R\$ 400,00	R\$ 410,00	R\$ 410,00
17	GAVETEIRO VOLANTE 4 GAVETAS, linha UNO, confeccionado em BP 15mm, com chave, com rodízios, puxadores em	UND	7	R\$ 530,00	R\$ 535,00	R\$ 520,00	R\$ 530,00	R\$ 3.710,00

**MUNICÍPIO DE GARANHUNS**

	polipropileno, cor marrom ou tabaco, dimensões (LxPxA): 46cm x 45cm x 67,5cm. Garantia de 3 meses contra defeito de fabricação.							
18	LONGARINA SECRETÁRIA 3 LUGARES, sem braços estrutura metálica, com assento e encosto em espuma injetada de alta qualidade, em tecido na cor preta, pés fixos, ergonômica, confortável. Dimensões aproximadas (L x A x P): 145cm x 83cm x 50cm. Garantia de 3 meses contra defeito de fabricação.	UN D	10	R\$ 775,00	R\$ 770,00	R\$ 760,00	R\$ 770,00	R\$ 7.700,00
19	MESA DE ESCRITÓRIO, com duas gavetas, com chave, tamanho 1,20 m x 0,60 m, pés em aço, com sapatas niveladoras de altura, material resistente, cor marrom (amadeirada). Garantia de 3 meses contra defeito de fabricação.	UN D	20	R\$ 599,00	R\$ 599,00	R\$ 590,00	R\$ 599,00	R\$ 11.980,00
20	MESA DE ESCRITÓRIO, com duas gavetas, com chave, tamanho 1,20 m x 0,60 m, pés em aço, com sapatas niveladoras de altura, material resistente, cor preta ou cinza. Garantia de 3 meses contra defeito de fabricação.	UN D	45	R\$ 599,00	R\$ 599,00	R\$ 590,00	R\$ 599,00	R\$ 26.955,00

**MUNICÍPIO DE GARANHUNS**

21	MESA DELTA GERENTE ESQUERDA, linha Prima Clean, com tampos e pés em BP 25mm , pé canto confeccionado em aço com nivelador de altura, cor marrom ou Tabaco, dimensões (AxLExLDxP): 740cm x 220cm x 180cm x 600cm. Garantia de 3 meses contra defeito de fabricação.	UN D	10	R\$ 799,00	R\$ 800,00	R\$ 790,00	R\$ 799,00	R\$ 7.990,00
22	MESA PARA REUNIÃO, oval, tamanho 200x90mm(podendo variar até 20 cm), estrutura metálica, pés com aço, co sapatas niveladoras de altura, material resistente, cor preta ou cinza. Garantia de 3 meses contra defeito de fabricação.	UN D	2	R\$ 999,00	R\$ 999,00	R\$ 990,00	R\$ 999,00	R\$ 1.998,00
23	MESA PARA REUNIÃO. Para 6 Lugares. Formato retangular e dimensões: Larg. 1,60 m x Prof. 0,90 cm X Alt. 0,74 cm. Tampo Bi-Partido: MDP 25 mm revestimento melamínico. Saia: MDP 15 mm revestimento melamínico. Pés: Estrutura metálica, com calhas para passagem de fios. Garantia de 3 meses contra defeito de fabricação.	UN D	14	R\$ 985,00	R\$ 990,00	R\$ 972,00	R\$ 985,00	R\$ 13.790,00
24	MESA PARA REUNIÃO. Para 12 Lugares. Formato retangular e dimensões: Larg. 3,00 m x Prof. 1,10 m X Alt. 0,74 cm.	UN D	5	R\$ 2.025,00	R\$ 2.059,00	R\$ 1.990,00	R\$ 2.025,00	R\$ 10.125,00

**MUNICÍPIO DE GARANHUNS**

	Tampo Bi-Partido: MDP 25 mm revestimento melamínico. Saia: MDP 15 mm revestimento melamínico. Pés: Estrutura metálica, com calhas para passagem de fios. Garantia de 3 meses contra defeito de fabricação.							
25	MESA PLÁSTICA, retangular e em material polipropileno resistente. Dimensões aproximadas (L x C): 136 x 84cm. Garantia de 3 meses contra defeito de fabricação.	UND	2	R\$ 189,00	R\$ 189,90	R\$ 185,00	R\$ 189,00	R\$ 378,00
27	MESA PLÁSTICA, quadrada, material polipropileno, resistente, pés fixos, não dobrável, empilhável. Dimensões aproximadas (L x A x P): 70cm x 70cm x 70cm). Garantia de 3 meses contra defeito de fabricação.	UND	115	R\$ 77,50	R\$ 78,00	R\$ 75,00	R\$ 77,50	R\$ 8.912,50
27	PRATELEIRA EM MDF, com suporte para parede e tamanho 1,2m. Garantia de 3 meses contra defeito de fabricação.	UND	4	R\$ 122,00	R\$ 125,00	R\$ 120,00	R\$ 122,00	R\$ 488,00
28	SUPORTE PARA CPU E NOBREAK, com rodízios, material MDP, peso mínimo suportado 15kg, resistente, cor preta, medidas aproximadas (LxAxC): 28cm x 39cm x 45cm (podendo variar até 5cm). Garantia de 3 meses contra	UND	12	R\$ 194,00	R\$ 197,30	R\$ 190,00	R\$ 194,00	R\$ 2.328,00

**MUNICÍPIO DE GARANHUNS**

defeito de fabricação.								
							Total:	R\$ 431.688,55

LOTE 2 - UTILIDADES DOMÉSTICAS

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QTD	FORNECEDOR 01	FORNECEDOR 02	FORNECEDOR 03	MEDIANA	VALOR GLOBAL ADMITIDO
1	ARMÁRIO AÉREO em aço, branco, 3 portas, com puxador de alumínio, 1 prateleira interna, dobradiça em aço, dimensões aproximadas (AxPxL): 55cm x 30cm x 105cm. Garantia de 3 meses contra defeito de fabricação.	UND	17	R\$ 240,99	R\$ 229,88	R\$ 245,00	R\$ 240,99	R\$ 4.096,83
2	ARMÁRIO DE COZINHA COMPLETO, com no mínimo 7 portas e 2 gavetas em MDP, cor branca. Garantia de 3 meses contra defeito de fabricação.	UND	2	R\$ 680,00	R\$ 679,00	R\$ 690,00	R\$ 680,00	R\$ 1.360,00
3	BERÇO. Em MDP e com colchão incluso. Certificado pelo INMETRO. Tamanho do Produto Montado (L x A X P): 133 cm x 92 cm x 69 cm. Cor branco neve. Garantia de 3 meses	UND	4	R\$ 497,99	R\$ 498,00	R\$ 515,00	R\$ 498,00	R\$ 1.992,00

**MUNICÍPIO DE GARANHUNS**

	contra defeito de fabricação.							
4	CAMA DE SOLTEIRO. Em madeira, cujo peso suportado chega a 130 Kg. Com no mínimo as seguintes medidas: Largura 94cm; Altura 1,10m; Comprimento 1,99m. Garantia de 3 meses contra defeito de fabricação.	UND	20	R\$ 380,99	R\$ 379,00	R\$ 455,00	R\$ 380,99	R\$ 7.619,80
5	CAMA DE SOLTEIRO, BELICHE. Em madeira, cujo peso suportado chega a 130 Kg, cada. Com no mínimo as seguintes medidas: Largura 90cm; Altura 1,64m; Comprimento 1,90m. Garantia de 3 meses contra defeito de fabricação.	UND	20	R\$ 800,00	R\$ 797,54	R\$ 850,00	R\$ 800,00	R\$ 16.000,00
6	CôMODA. Em material resistente, 100% MDF, com 4 gavetas e 2 puxadores por gaveta. Dimensões mínimas: Altura 84,7cm, largura 90,00cm e profundidade 44,7cm. Peso suportado 34 Kg. Garantia de 3 meses contra defeito de fabricação.	UND	4	R\$ 476,00	R\$ 474,66	R\$ 480,00	R\$ 476,00	R\$ 1.904,00
7	ESPELHO. Material vidro/moldura alumínio,	UND	4	R\$ 110,00	R\$ 99,00	R\$ 120,00	R\$ 110,00	R\$ 440,00



MUNICÍPIO DE GARANHUNS

	diâmetro 60 cm, formato convexo e características adicionais para suporte bidirecional para fixação. Garantia de 3 meses contra defeito de fabricação.							
8	ESPELHO RETANGULAR. Material vidro/moldura retangular de madeira, medindo 42x92cm, admitindo variação de 10% e características adicionais para suporte bidirecional para fixação. Garantia de 3 meses contra defeito de fabricação.	UND	4	R\$ 150,00	R\$ 149,99	R\$ 150,00	R\$ 150,00	R\$ 600,00
9	GUARDA-ROUPA, em madeira 100% MDF com 4 portas e 2 gavetas corrediça telescópica, medindo no mínimo Altura 187cm, largura 119cm e profundidade 40cm. Capacidade de suportar 70kg. Garantia de 3 meses contra defeito de fabricação.	UND	8	R\$ 865,00	R\$ 759,90	R\$ 899,99	R\$ 865,00	R\$ 6.920,00
10	JOGO DE SOFÁ, com 2 e 3 lugares. Com braços para encosto e recoberto em	UND	5	R\$ 1.610,00	R\$ 1.548,71	R\$ 1.540,00	R\$ 1.548,71	R\$ 7.743,55



MUNICÍPIO DE GARANHUNS

	material impermeável e pés em alumínio. Garantia de 3 meses contra defeito de fabricação.							
11	MESA DE PASSAR ROUPA, reforçada e com estrutura em alumínio. Garantia de 3 meses contra defeito de fabricação.	UND	4	R\$ 215,00	R\$ 215,90	R\$ 199,99	R\$ 215,00	R\$ 860,00
12	PAINEL PARA TV COM APARADOR, compatível com televisão 42'' polegadas e em material MDF. Cor: amadeirada. Garantia de 3 meses contra defeito de fabricação.	UND	1	R\$ 567,99	R\$ 566,27	R\$ 489,00	R\$ 566,27	R\$ 566,27
							Total:	R\$ 50.102,45

LOTE 3 - MOBILIÁRIO INFANTIL

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QTD	FORNECEDOR 01	FORNECEDOR 02	FORNECEDOR 03	MEDIANA	VALOR GLOBAL ADMITIDO
1	BERÇO. Em MDP e com colchão incluso. Certificado pelo INMETRO. Tamanho do Produto Montado (L x A X P): 133 cm x 92 cm x 69 cm. Cor branco neve. Garantia de 3 meses contra defeito de fabricação.	UND	4	R\$ 499,00	R\$ 498,00	R\$ 530,00	R\$ 499,00	R\$ 1.996,00
2	MESA INFANTIL DE MADEIRA MDF COM 4 CADEIRAS. Mesa: altura 55cm, largura 60cm e profundidade 60 cm. Cadeira: altura 60cm, largura 26cm e profundidade 31 cm.	UND	12	R\$ 787,50	R\$ 786,09	R\$ 810,99	R\$ 787,50	R\$ 9.450,00



MUNICÍPIO DE GARANHUNS

Cor: Colorido. Garantia de 3 meses contra defeito de fabricação.								
							Total:	R\$ 11.446,00

LOTE 4 - UTILIDADES INDUSTRIAIS

ITEM	DESCRIÇÃO	UN D	QT D	FORNECEDOR 01	FORNECEDOR 02	FORNECEDOR 03	MEDIANA	VALOR GLOBAL ADMITIDO
1	ESTANTE DE INOX INDUSTRIAL COM 5 PRATELEIRAS, medindo 100x40x200cm, em material resistente à corrosão. Garantia de 3 meses contra defeito de fabricação.	UN D	2	R\$ 1.700,00	R\$ 1.599,00	R\$ 1.750,00	R\$ 1.700,00	R\$ 3.400,00
2	MESA EM INOX, tipo bancada, em material de alta qualidade, inoxidável resistente a corrosão, medindo no mínimo 1,90x0,7m e com 2 planos. Garantia de 3 meses contra defeito de fabricação.	UN D	2	R\$ 999,00	R\$ 953,00	R\$ 1.090,00	R\$ 999,00	R\$ 1.998,00
3	MESA EM INOX, tipo bancada, em material de alta qualidade, inoxidável resistente a corrosão e medindo no mínimo 90cm e com 2 planos. Garantia de 3 meses contra defeito de fabricação.	UN D	2	R\$ 646,00	R\$ 645,00	R\$ 670,00	R\$ 646,00	R\$ 1.292,00



MUNICÍPIO DE GARANHUNS

4	MESA EM INOX, em material de alta qualidade, inoxidável resistente a corrosão, com rodas para auxiliar cozinha, medindo 40x60x80cm. Garantia de 3 meses contra defeito de fabricação.	UN D	2	R\$ 1.200,00	R\$ 1.152,22	R\$ 1.220,99	R\$ 1.200,00	R\$ 2.400,00
5	PRATELEIRA EM INOX, em material resistente a corrosão, com mão francesa 1.800mmX300mm. Garantia de 3 meses contra defeito de fabricação.	UN D	4	R\$ 789,00	R\$ 759,00	R\$ 750,00	R\$ 759,00	R\$ 3.036,00
							Total:	R\$ 12.126,00

Em conformidade com os quadros acima, a estimativa de preços da contratação é o valor global de **R\$ 505.363,00 (quinhentos e cinco mil trezentos e sessenta e três reais)**.

9. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

Descrição da solução: É o Registro de Preços para eventual aquisição com entrega parcelada de mobiliário corporativo, incluindo montagem, garantia, com certificados cumprimento das normas da ABNT e de ergonomia.

Os mobiliários a serem adquiridos deverão ser entregues nos locais conforme o Termo de Referência, no dia e horário programados pela Unidade, podendo ser alterado pela mesma, desde que comunicado à empresa contratada nos prazos estipulados.

Caso a empresa contratada não se apresente na data determinada para a entrega e não apresente a devida justificativa será aplicada, conforme o caso, as sanções previstas na Lei 14.133/2021 e suas correlatas, bem como as demais normas cabíveis.

Todas as despesas com o carregamento, transporte, descarregamento e entrega correrão por conta da empresa contratada.

Histórico de ajustes nas especificações: Não se verifica a necessidade de alterações nas especificações dos materiais a serem registrados em relação às contratações anteriores. O quadro com especificações determinadas.

Portanto a Secretaria de Assistência Social, conclui que a melhor solução é a contratação de empresa através de processo licitatório para aquisição dos mobiliários, que atenderá à necessidade em atendimento nos mais diversos programas e serviços da Secretaria de Assistência Social e Direitos Humanos de Garanhuns (SASDH).



MUNICÍPIO DE GARANHUNS

10. JUSTIFICATIVA PARA PARCELAMENTO

O objeto é composto por itens divisíveis e por se tratar de mobiliário e serão solicitados ao fornecedor conforme a necessidade e urgência de equipagem de cada unidade de responsabilidade da Secretaria de Assistência Social e Direitos Humanos.

11. ANÁLISE DE RISCO

- (x) Planejamento da Contratação e Seleção do Fornecedor
() Gestão do Contrato

A análise de risco em um Estudo Técnico Preliminar (ETP) para aquisição parcelada de mobiliário corporativo para os equipamentos da Secretaria de Assistência Social é crucial para identificar e mitigar possíveis obstáculos ou problemas que possam surgir durante o processo de aquisição e implementação. Aqui está uma abordagem para essa análise:

RISCO 01	
Atraso na Entrega:	Estabelecer cláusulas contratuais claras que estipulem prazos de entrega realistas e penalidades por atrasos. Realizar monitoramento contínuo do progresso dos fornecedores.
Probabilidade:	() Baixa (x) Média () Alta
Impacto:	() Baixa () Média (x) Alta
Haverá cláusulas contratuais onde estipularão prazo para entrega do produto, assim como em caso de haver entregue produto com defeito, haverá prazo para entrega de novo produto.	

RISCO 02	
Orçamento Insuficiente:	Realizar uma estimativa precisa dos custos do mobiliário corporativo, incluindo não apenas os custos de aquisição, mas também os custos de instalação, transporte e possíveis custos adicionais. Garantir que o orçamento seja revisado regularmente e ajustado conforme necessário.
Probabilidade:	(x) Baixa () Média () Alta
Impacto:	() Baixa () Média (x) Alta
A pesquisa foi realizada levando-se em consideração os custos da aquisição e do transporte, pois em relação a montagem do móveis a secretaria possui funcionários contratados para tal finalidade, não necessitando a inclusão de valor da montagem dos itens.	

RISCO 03	
Fornecedores Não Confiáveis:	Realizar uma avaliação detalhada dos fornecedores potenciais, incluindo sua reputação, histórico de entrega, qualidade dos produtos e capacidade financeira. Preferir fornecedores com experiência comprovada e referências positivas.
Probabilidade:	() Baixa (x) Média () Alta
Impacto:	() Baixa () Média (x) Alta
Aqueles fornecedores que por algum motivo não estejam regulares com a exigência da Nova Lei de Licitações não poderá ter contratos homologados com o município de Garanhuns.	



MUNICÍPIO DE GARANHUNS

RISCO 04

Problemas de Qualidade dos Produtos:	Especificar claramente os padrões de qualidade esperados para o mobiliário corporativo nos documentos de licitação e contratos. Realizar inspeções de qualidade antes da aceitação final dos produtos e estabelecer procedimentos para lidar com reclamações e devoluções.		
Probabilidade:	() Baixa	(x) Média	() Alta
Impacto:	() Baixa	() Média	(x) Alta

A descrição apresentada dos objetos em questão estão muito bem definido sem margem para que os fornecedores apresentem produto de baixa qualidade e que venha a prejudicar a execução do serviço executado pelos equipamentos da Secretaria de Assistência Social e Direitos Humanos de Garanhuns e solicitando o selo de qualidade dos produtos.

RISCO 05

Incompatibilidade com o Ambiente de Trabalho:	Envolver os usuários finais, como funcionários da Secretaria de Assistência Social, na seleção do mobiliário corporativo para garantir que atenda às suas necessidades e requisitos específicos. Realizar testes e avaliações práticas antes da implementação em larga escala.		
Probabilidade:	() Baixa	(x) Média	() Alta
Impacto:	() Baixa	() Média	(x) Alta

Os produtos descritos e orçados foram todos baseados na solicitações de cada equipamento, com características próprias para atender suas necessidades.

RISCO 06

Problemas de Instalação ou Montagem:	Contratar fornecedores que ofereçam serviços de instalação profissional e experiente. Garantir que os funcionários responsáveis pela instalação sejam devidamente treinados e qualificados. Ter um plano de contingência para lidar com possíveis atrasos ou problemas durante a instalação.		
Probabilidade:	() Baixa	(x) Média	() Alta
Impacto:	() Baixa	() Média	(x) Alta

Não há necessidade de contratar com esse serviço em razão de haver funcionários capacitados para a montagem dos produtos, tornando o mais econômico a aquisição.

Essa análise de risco aborda os principais aspectos que podem impactar a aquisição parcelada de mobiliário corporativo para a Secretaria de Assistência Social. Ao identificar, avaliar e mitigar esses riscos de forma proativa, a implementação do projeto terá maior probabilidade de sucesso e contribuirá para o bem-estar dos funcionários e eficácia das operações da secretaria.

12. DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS

Para atender ao inciso IX do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21, que requer um demonstrativo dos resultados pretendidos para aquisição de mobiliário corporativo em termos de economicidade, melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais e financeiros, além de efetividade e desenvolvimento nacional sustentável, é importante considerar os seguintes pontos:

Economicidade:

Redução de custos: a aquisição de mobiliário corporativo contribuirá para a redução de despesas, seja através da escolha de produtos com melhor relação custo-benefício, da negociação



MUNICÍPIO DE GARANHUNS

de preços competitivos com fornecedores, ou da otimização do uso dos recursos financeiros disponíveis.

Eficiência no uso de recursos: O planejamento evita desperdícios e garante que os recursos financeiros sejam alocados de forma eficiente, sem comprometer a qualidade dos produtos adquiridos.

Aproveitamento de Recursos Humanos, Materiais e Financeiros:

Capacitação e otimização de pessoal: a aquisição de mobiliário corporativo pode ser integrada a programas de capacitação dos servidores, permitindo melhor aproveitamento das habilidades existentes e promovendo um ambiente de trabalho mais eficaz.

Utilização racional de materiais: a seleção de mobiliário que maximize a durabilidade e minimize o impacto ambiental, contribuindo para a sustentabilidade e reduzindo a necessidade de manutenção ou substituição frequente.

Efetividade:

Alinhamento com objetivos institucionais: o mobiliário corporativo escolhido atende às necessidades específicas da Secretaria de Assistência, melhorando a efetividade na realização das atividades diárias e no cumprimento das metas organizacionais.

Melhoria do ambiente de trabalho: Impacto positivo na produtividade e no bem-estar dos servidores, criando um ambiente de trabalho mais adequado e propício ao desenvolvimento das atividades.

Desenvolvimento Nacional Sustentável:

Preferência por produtos nacionais: Estímulo à indústria nacional através da escolha de fornecedores que produzam mobiliário no país, contribuindo para o desenvolvimento econômico e social local.

Aspectos ambientais: Consideração de critérios de sustentabilidade ambiental na seleção de mobiliário, como certificações de sustentabilidade, uso de materiais recicláveis ou de baixo impacto ambiental, e práticas de produção sustentáveis.

O demonstrativo apresenta de forma clara e objetiva como a aquisição de mobiliário corporativo não apenas proporcionará economia de recursos, mas também melhorará a eficiência operacional, promoverá o desenvolvimento sustentável e contribuirá para um ambiente de trabalho mais produtivo e adequado às necessidades da Secretaria de Assistência. Esses aspectos são fundamentais para garantir uma tomada de decisão embasada e alinhada aos princípios da Lei 14.133/21.

13. PROVIDÊNCIAS PRÉVIAS AO CONTRATO

Para atender às exigências do inciso X do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21, que trata das providências a serem adotadas pela administração para a aquisição de mobiliário corporativo para a Secretaria de Assistência, especialmente antes da celebração do contrato, é necessário seguir algumas etapas e considerações importantes:

Planejamento da Contratação:



MUNICÍPIO DE GARANHUNS

Realizar um planejamento detalhado das necessidades de mobiliário corporativo da Secretaria de Assistência.

Definir especificações técnicas claras e detalhadas dos produtos a serem adquiridos, considerando qualidade, durabilidade e funcionalidade.

Elaboração do Termo de Referência:

Elaborar um Termo de Referência que descrevendo todas as especificações técnicas, quantidades, prazos, condições de entrega e demais requisitos necessários, incluindo os critérios de seleção e julgamento das propostas, como preço, qualidade, prazo de entrega, entre outros.

Capacitação de Servidores:

Capacitar os servidores responsáveis pela fiscalização e gestão contratual. Isso inclui treinamento sobre como avaliar o cumprimento das obrigações contratuais, verificar a qualidade dos produtos entregues e acompanhar os prazos estabelecidos. Garantir que os responsáveis pela fiscalização tenham conhecimento suficiente para identificar e resolver eventuais problemas que possam surgir durante a execução do contrato.

Adequação do Ambiente da Organização:

Avaliar a necessidade de adequação do ambiente físico da organização para receber o novo mobiliário corporativo. Verificar questões como espaço disponível, layout adequado para a disposição dos móveis, instalações elétricas e de rede, entre outros aspectos relevantes.

Celebração do Contrato:

Após a conclusão do processo de seleção, proceder à celebração do contrato com o fornecedor escolhido. Incluir no contrato todas as condições estabelecidas no Termo de Referência, bem como as responsabilidades das partes envolvidas.

Monitoramento e Fiscalização Contratual:

Implementar um sistema eficaz de monitoramento e fiscalização contratual para acompanhar a execução do contrato. Realizar visitas técnicas, verificar relatórios de acompanhamento e realizar reuniões periódicas com o fornecedor para garantir o cumprimento das obrigações contratuais.

Gestão de Riscos:

Identificar e gerenciar os riscos associados à contratação, adotando medidas preventivas e corretivas conforme necessário. Estar preparado para lidar com eventuais imprevistos durante a execução do contrato, garantindo a continuidade dos serviços e a qualidade dos produtos fornecidos.

Ao seguir essas providências, a administração poderá assegurar uma aquisição eficiente e transparente de mobiliário corporativo para a Secretaria de Assistência, cumprindo com os requisitos legais e promovendo uma gestão eficaz dos recursos públicos.

14. CONTRATAÇÕES CORRELATAS/INTERDEPENDENTES

Com base no disposto no art. 115, §1º, da Lei nº 14.133/2021, que trata das contratações correlatas ou interdependentes, e considerando que não existem em andamento outras contratações que possam interferir ou exigir cuidados especiais no planejamento da futura contratação de



MUNICÍPIO DE GARANHUNS

mobiliário corporativo para a Secretaria de Assistência Social e Direitos Humanos e suas unidades, é possível seguir com o processo de licitação por pregão eletrônico sem maiores restrições relacionadas a cronogramas de execução ou interferências operacionais.

Dessa forma, o planejamento da contratação pode ser conduzido de maneira autônoma, focando nos requisitos específicos do mobiliário corporativo e nos prazos necessários para a entrega e instalação adequada, sem preocupações adicionais com contratos ou projetos que possam influenciar negativamente na execução do processo licitatório em questão.

14. IMPACTOS AMBIENTAIS

Impactos Ambientais Potenciais:

Consumo de Recursos Naturais: A produção de mobiliário consome recursos como madeira, água e energia.

Emissões de Gases de Efeito Estufa: Processos industriais e transporte associados à fabricação e entrega de mobiliário podem gerar emissões significativas de gases de efeito estufa.

Geração de Resíduos: A produção de mobiliário pode gerar resíduos sólidos, incluindo materiais não utilizados e embalagens.

Uso de Produtos Químicos e Materiais Tóxicos: Alguns materiais de mobiliário podem conter substâncias tóxicas que representam riscos para a saúde humana e o meio ambiente.

Medidas Mitigadoras Propostas:

Padrões de Eficiência Energética e Sustentabilidade:

Requisitos de Baixo Consumo de Energia: Escolha de mobiliário que atende a padrões de eficiência energética reconhecidos, como certificações de consumo de energia ou produtos com sistemas de iluminação LED integrados.'

Uso de Materiais Sustentáveis: Priorizar materiais certificados (por exemplo, FSC para madeira) e produtos que minimizem o uso de recursos naturais e água durante a produção.

Logística Reversa e Gestão de Resíduos:

Política de Logística Reversa: Estabelecer um sistema de retorno e reciclagem de mobiliário obsoleto ou danificado, garantindo que os materiais sejam reciclados adequadamente.

Redução de Resíduos: Minimizar embalagens desnecessárias e escolher fornecedores que utilizem embalagens recicláveis ou reutilizáveis.

Promoção da Economia Circular:

Design para a Desmontagem: Optar por mobiliário projetado para facilitar a desmontagem e a reciclagem de componentes individuais ao final de sua vida útil.

Recondicionamento e Reutilização: Considera opções de recondicionamento de mobiliário usado para prolongar sua vida útil antes do descarte.

Certificações Ambientais e Responsabilidade Social:



MUNICÍPIO DE GARANHUNS

Seleção de Fornecedores Responsáveis: Escolher fornecedores que sigam práticas ambientais responsáveis e que tenham certificações reconhecidas internacionalmente (por exemplo, ISO 14001 para gestão ambiental).

Educação e Conscientização:

Treinamento de Funcionários: Educar os funcionários sobre a importância da sustentabilidade na escolha e no cuidado com o mobiliário, incentivando práticas de uso eficiente e manutenção adequada.

Implementar essas medidas não apenas ajudará a cumprir os requisitos legais e normativos relacionados à sustentabilidade na aquisição de mobiliário corporativo, mas também contribuirá significativamente para a redução do impacto ambiental e para a promoção de práticas sustentáveis dentro da Secretaria de Assistência Social.

16. POSICIONAMENTO CONCLUSIVO SOBRE A VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO

Posicionamento conclusivo sobre a viabilidade e razoabilidade da contratação.

Com base no inciso XIII e XIV do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21, que trata das modalidades de licitação, o pregão eletrônico é uma opção adequada para aquisição parcelada de mobiliário corporativo para atender as necessidades da Secretaria de Assistência Social e Direitos Humanos e suas unidades.

O inciso XIII menciona que o pregão é a modalidade de licitação adequada para a aquisição de bens e serviços comuns, como é o caso do mobiliário corporativo padronizado, que não demanda especificações técnicas complexas e pode ser comparado objetivamente entre os fornecedores.

Além disso, o inciso XIV do mesmo parágrafo destaca que o pregão eletrônico pode ser utilizado para aquisição de bens e serviços comuns, incluindo aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos por edital, o que geralmente se aplica ao mobiliário corporativo que possui características padrão e facilmente comparáveis.

Portanto, considerando que o pregão eletrônico é a modalidade adequada para contratações de bens e serviços comuns, incluindo mobiliário corporativo padronizado, e que atende aos critérios de economicidade, competitividade e transparência, sua utilização é justificada e recomendada para o presente caso.

Encerrada a etapa de elaboração de estudos técnicos preliminares e, considerando, entre os demais itens, os seguintes aspectos:

- a) Justificativa da necessidade da contratação e da escolha do tipo de solução adequada à satisfação da demanda;
- b) Alinhamento entre a contratação e o planejamento estratégico da Secretaria de Assistência Social e Direitos Humanos de Garanhuns;
- c) Estimativas das quantidades a serem contratadas, a partir do gasto anual anterior;
- d) Estimativa do impacto orçamentário no exercício em que deva entrar em vigor;
- e) Resultados pretendidos com esta contratação.

Dessa forma, esta equipe de planejamento considera VIÁVEL a contratação de empresa para pretensa aquisição de Mobiliário Corporativo, por meio de processo licitatório na modalidade de pregão eletrônico, considerando os valores orçamentários destinados para tal finalidade.



MUNICÍPIO DE GARANHUNS

18. RESPONSÁVEIS

Garanhuns/PE, 25 de fevereiro de 2024.

Lucélia André Mendes
Gestora da Proteção Social Básica

Maria Socorro Caiana Araújo
Gestora da Média e Alta Complexidade



MUNICÍPIO DE GARANHUNS

ANEXO II - MINUTA DO CONTRATO

TERMO DE CONTRATO QUE ENTRE SI
CELEBRAM, DE UM LADO O ----- E
DO OUTRO A EMPRESA -----
----- PARA AQUISIÇÃO DE -----
-----, COMO MELHOR ABAIXO
SE DECLARAM:

Pelo presente instrumento público de contrato, de um o Fundo Municipal de Assistência Social, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na ----- nº , Centro, Garanhuns, Pernambuco, inscrito no CNPJ/MF sob o nº -----, neste ato representada pela Secretaria de Assistência Social e Direitos Humanos, a Sra. -----, residente e domiciliada na -----, inscrita sob o CPF nº , RG nº , e de outro lado, a empresa ----- estabelecida a -----, inscrito(a) no CNPJ sob o nº -----, neste ato representada pelo(a) Sr(a). -----, (nacionalidade) -----, residente e domiciliado(a) à ----- (endereço completo) ----- cidade -----, inscrito(a) no CPF/MF sob o nº ----- e RG nº -----, conforme atos constitutivos da empresa OU procuração apresentada nos autos, tendo em vista o que consta no Processo nº 013/2024 e em observância às disposições da Lei Federal nº 14.133/21, de 01 de abril de 2021, Decreto Municipal nº 049, de 04 de setembro de 2023, Decreto Municipal nº 050, de 04 de setembro de 2023, Lei Municipal nº 3918/2013, Lei Municipal 3878/2013 e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão Eletrônico nº 012/2024, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1. O objeto do presente instrumento é a aquisição parcelada de Mobiliário Corporativo, para entrega parcelada, destinados a Secretaria de Assistência Social e Direitos Humanos, conforme quantidades e características existentes no lote único, e demais condições presentes no Termo de Referência.

1.2. O contratado, registrado no CNAE _____, fica obrigado a fornecer os itens da tabela abaixo, na forma estabelecida no edital e anexos do Pregão Eletrônico nº 012/2024 o(s) qual(is) foi vencedor :

LOTE	ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QUANT.	VL. UNIT	VL. TOTAL

1.3. Vinculam-se a esta contratação, independentemente de transcrição:

- 1.3.1. O Termo de Referência;
- 1.3.2. O Edital da Licitação;
- 1.3.3. A Proposta do contratado;
- 1.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados apartir da assinatura do



MUNICÍPIO DE GARANHUNS

contrato, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.2. O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do contratado, previstas neste instrumento.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – DO RECEBIMENTO

3.1 Os produtos deverão ser entregues de forma parcelada, ao longo da vigência do contrato, em no máximo 15 (quinze) dias úteis após o recebimento formal por parte da CONTRATADA das respectivas Ordens de Fornecimento a serem encaminhadas pela citada Secretaria.

3.2 A entrega do objeto licitado deverá ser realizada no Almoxarifado Central, localizado na Avenida Irga – 1248 – Distrito Industrial – PE 177, tendo como horário para entrega, de segunda a sexta-feira, das 08h às 13h.

3.3 Os produtos serão conferidos pelo Gerente Administrativo Financeiro desta Secretaria e, se achados irregulares, apresentando inconformidades e/ou que deixe de atender ao que foi especificado neste Termo de Referência, serão devolvidos à empresa, que terá o prazo de 05 (dois) dias para substituir os mesmos.

3.4 Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

3.5 Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

3.6 O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 15 (quinze) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

3.7 O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

3.8 No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

3.9 O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

3.10. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

4. CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO



MUNICÍPIO DE GARANHUNS

4.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

5. CLÁUSULA QUINTA – PREÇO

5.1. O valor total da contratação é de R\$.……. (……)

5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

5.3. O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao contratado dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos.

6. CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO

6.1. O pagamento será efetuado em parcela única, em até 30(trinta) dias contados a partir da data do recebimento do(s) item(ns), solicitado(s) através da Ordem de Fornecimento, mediante a apresentação da respectiva nota fiscal devidamente atestada pela Secretaria solicitante.

6.2 A Nota Fiscal da Contratada tem que possuir o mesmo CNPJ dos documentos apresentados nos documentos de habilitação da licitação, sob pena de não ser processada e não paga.

6.3 Nenhum pagamento será efetuado à contratada enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, a qual poderá ser compensada com o pagamento pendente, sem que isso gere o direito a acréscimos de qualquer natureza.

6.4 Constatando-se qualquer incorreção na Nota Fiscal, bem como, qualquer outra circunstância que inviabilize seu pagamento, o prazo para pagamento constante do item acima fluirá a partir da respectiva regularização.

6.5 A Contratada deverá indicar no corpo da Nota Fiscal, o número e nome do banco, agência e número da conta onde deverá ser feito o pagamento;

6.6 A Contratante não efetuará pagamento de título descontado, ou por meio de cobrança em banco, bem como, os que forem negociados com terceiros por intermédio da operação de “factoring”.

6.7 As despesas bancárias decorrentes de transferência de valores para outras praças serão de responsabilidade da Contratada.

6.8. DA RETENÇÃO DE IRRF

Serão retidos na fonte os Impostos sobre a Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ), conforme as alíquotas estabelecidas para o objeto licitado e/ou processo de contratação, conforme estipulado na Instrução Normativa RFB nº 1.234/2012 e no Decreto Municipal nº 030/2023, ou em outro normativo que possa substituí-los. A Empresa CONTRATADA é responsável pelo destaque desses impostos nas notas fiscais emitidas, bem como pela apresentação de uma declaração, quando aplicável, para comprovar a não retenção do imposto, nos termos do Anexo II do Decreto Municipal.

6.9. DO PAGAMENTO PENDENTE POR ERRO NA COBRANÇA OU OUTRA CIRCUNSTÂNCIA

Em caso de equívoco no documento de cobrança ou em situações que impossibilitem a liquidação



MUNICÍPIO DE GARANHUNS

da despesa, o pagamento será suspenso até que a CONTRATADA tome as medidas necessárias para correção. Neste cenário, não haverá qualquer ônus à CONTRATANTE.

6.10. DA RETENÇÃO DE ISSQN PELO MUNICÍPIO

O município realizará a retenção na fonte do Imposto Sobre Serviço de Qualquer Natureza (ISSQN) na alíquota correspondente ao serviço prestado, nos municípios onde os serviços forem executados e a Prefeitura Municipal de Garanhuns/PE for a substituta tributária, de acordo com a legislação vigente.

6.11. ENQUADRAMENTO NO SIMPLES NACIONAL PARA A CONTRATADA.

A Contratada, quando optante pelo Simples Nacional, deverá anexar ao faturamento dos serviços declaração formal informando o seu enquadramento nas tabelas constantes do Anexo I ao V da Lei Complementar nº. 123/2006 e destacar no corpo da Nota Fiscal o percentual da alíquota do ISS correspondente.

6.12. ALÍQUOTA DO ISS EM CASO DE OMISSÃO PELA ME OU EPP

Na eventualidade de a Microempresa (ME) ou Empresa de Pequeno Porte (EPP) não informar a alíquota no documento fiscal, será aplicada a alíquota de 5% (cinco por cento) do ISS, quando devido ao Município de Garanhuns, conforme disposto na Lei 123/2006 e na lei 4325/2016.

6.13. DA RETENÇÃO DE INSS

Deverão ser observados o disposto na IN RFB Nº 2110/2022 dispõe sobre normas gerais de tributação previdenciária e de arrecadação das contribuições sociais destinadas à Previdência Social e das contribuições devidas a terceiros, administradas pela Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil (RFB), em especial os artigos 110 e 122.

7. CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE

7.1. Os preços inicialmente contratados são irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em __/__/__ (DD/MM/AAAA).

7.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice IPCA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

7.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.4. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

7.5. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

7.6. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.7. O reajuste será realizado por termo aditivo.



MUNICÍPIO DE GARANHUNS

8. CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

- a) Acompanhar e fiscalizar a execução do fornecimento objeto deste Termo de Referência, bem como do instrumento convocatório e contratual.
- b) Efetuar o pagamento na forma e prazo previstos.
- c) Paralisar e/ou suspender a qualquer tempo o fornecimento dos produtos, sempre que houver descumprimento das normas preestabelecidas neste Termo de Referência, instrumento convocatório e contratual.

9. CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

- a) Fornecer os produtos de acordo com as normas previstas neste Termo de Referência, bem como no instrumento convocatório e contratual.
- b) Manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação técnicas exigidas neste Termo de Referência, bem como no Instrumento convocatório e seus anexos.
- c) Aceitar nas mesmas condições contratuais, acréscimos e/ou supressões que se fizerem ao valor do objeto contratado, dentro dos limites previstos no artigo 124, da Lei nº 14.133/2021 e posteriores alterações.

10. CLÁUSULA DÉCIMA – GARANTIA DOS PRODUTOS

10.1 Assistência Técnica Autorizada, credenciada/disponibilizada no Estado de Pernambuco;

10.2 Garantia de 03(três) meses do licitante para todos componentes e peças.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

11.1 Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

11.2 Deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;

11.3 Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

- a) não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;
- b) recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;
- c) pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou
- d) deixar de apresentar amostra;
- e) apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

11.4 Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

11.5 Recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

11.6 Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação

11.7 Fraudar a licitação



MUNICÍPIO DE GARANHUNS

11.8 Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

- a) agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
- b) induzir deliberadamente a erro no julgamento;
- c) apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

11.9 Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação

11.10 Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

11.11 Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

- I. advertência;
- II. multa;
- III. impedimento de licitar e contratar e
- IV. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

11.12 Na aplicação das sanções serão considerados:

- I. a natureza e a gravidade da infração cometida.
- II. as peculiaridades do caso concreto
- III. as circunstâncias agravantes ou atenuantes
- IV. os danos que dela provierem para a Administração Pública
- V. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

11.13 A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de dez (dez) dias úteis, a contar da comunicação oficial, proporcional a infração, nos seguintes termos:

- a) Para as infrações previstas nos itens 11.2, 11.3 e 11.4, a multa será de 3% a 15% do valor do contrato licitado.
- b) Para as infrações previstas nos itens 11.6, 11.7, 11.8, 11.9 e 11.10, a multa será de 5% a 30% do valor do contrato licitado.

11.14 As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

11.15 Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

11.16 A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 11.2, 11.3 e 11.4, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

11.17 Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou



MUNICÍPIO DE GARANHUNS

contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 11.6, 11.7, 11.8, 11.9 e 11.10, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 11.2, 11.3 e 11.4 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.

11.18 A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação.

11.19 A apuração de responsabilidades relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

11.20 Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

11.21 Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

11.22 O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

11.23 A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

12.1. O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

12.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

12.3. Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do contratado:

- a) ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas;
- b) poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

13.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral deste Município deste exercício, na dotação abaixo :



MUNICÍPIO DE GARANHUNS

Unidade Gestora:	Fundo Municipal de Assistência Social
Órgão Orçamentário	17000 Secretaria de Assistência Social e Direitos Humanos
Und. Orçamentária	17001 Secretaria Municipal de Assistência Social e Direitos Humanos
Função	8 Assistência Social
Subfunção	122 Administração Geral
Ação	2202 Manutenção das Ações e Atividades do Departamento de Gestão do SUAS
Elemento	4.4.90.52 material permanente
Recurso	1.501.000 Recurso Próprio

Unidade Gestora:	Fundo Municipal de Assistência Social
Órgão Orçamentário	17000 Secretaria de Assistência Social e Direitos Humanos
Und. Orçamentária	17001 Secretaria Municipal de Assistência Social e Direitos Humanos
Função	8 Assistência Social
Subfunção	122 Administração Geral
Ação	2204 Manutenção das Ações e Atividades do Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS
Elemento	4.4.90.52 material permanente
Recurso	1.501.000 Recurso Próprio

Unidade Gestora:	Fundo Municipal de Assistência Social
Órgão Orçamentário	17000 Secretaria de Assistência Social e Direitos Humanos
Und. Orçamentária	17001 Secretaria Municipal de Assistência Social e Direitos Humanos
Função	8 Assistência Social
Subfunção	122 Administração Geral
Ação	2434 Manutenção das Ações e Atividades da Secretaria de Assistência Social e Direitos Humanos
Elemento	4.4.90.52 material permanente
Recurso	1.501.000 Recurso Próprio

Unidade Gestora:	Fundo Municipal de Assistência Social
Órgão Orçamentário	17000 Secretaria de Assistência Social e Direitos Humanos
Und. Orçamentária	17002 Fundo Municipal de Assistência Social
Função	8 Assistência Social
Subfunção	122 Administração Geral
Ação	2207 Manutenção das Ações e Atividades do Fundo Municipal Assistência Social
Elemento	4.4.90.52 material permanente
Recurso	1.501.000 Recurso Próprio

Unidade Gestora:	Fundo Municipal de Assistência Social
Órgão Orçamentário	17000 Secretaria de Assistência Social e Direitos Humanos
Und. Orçamentária	17002 Fundo Municipal de Assistência Social
Função	8 Assistência Social
Subfunção	122 Administração Geral
Ação	2421 Manutenção das Ações de Vigilância Sócio Assistencial - FMAS
Elemento	4.4.90.52 material permanente
Recurso	1.501.000 Recurso Próprio 1.660.000 Recurso Transferido

**MUNICÍPIO DE GARANHUNS**

Unidade Gestora:	Fundo Municipal de Assistência Social
Órgão Orçamentário	17000 Secretaria de Assistência Social e Direitos Humanos
Und. Orçamentária	17002 Fundo Municipal de Assistência Social
Função	8 Assistência Social
Subfunção	241 Assistência ao Idoso
Ação	2217 Apoio às Ações e Atividades do Conselho Municipal dos Direitos do Idoso - CMDI
Elemento	4.4.90.52 material permanente
Recurso	1.501.000 Recurso Próprio

Unidade Gestora:	Fundo Municipal de Assistência Social
Órgão Orçamentário	17000 Secretaria de Assistência Social e Direitos Humanos
Und. Orçamentária	17002 Fundo Municipal de Assistência Social
Função	8 Assistência Social
Subfunção	242 Assistência ao Portador de Deficiência
Ação	2219 Manutenção das Ações e Atividades do Conselho Municipal de Defesa dos Direitos da Pessoa Com Deficiência - COMUD
Elemento	4.4.90.52 material permanente
Recurso	1.501.000 Recurso Próprio

Unidade Gestora:	Fundo Municipal de Assistência Social
Órgão Orçamentário	17000 Secretaria de Assistência Social e Direitos Humanos
Und. Orçamentária	17002 Fundo Municipal de Assistência Social
Função	8 Assistência Social
Subfunção	243 Assistência à Criança e ao Adolescente
Ação	2227 Manutenção das Ações e Atividades do Programa Primeira Infância no SUAS – Programa Criança Feliz
Elemento	4.4.90.52 material permanente
Recurso	1.501.000 Recurso Próprio 1.660.000 Recurso Transferido

Unidade Gestora:	Fundo Municipal de Assistência Social
Órgão Orçamentário	17000 Secretaria de Assistência Social e Direitos Humanos
Und. Orçamentária	17002 Fundo Municipal de Assistência Social
Função	8 Assistência Social
Subfunção	243 Assistência à Criança e ao Adolescente
Ação	2228 Manutenção das Ações e Atividades da Casa de Acolhimento Noturno
Elemento	4.4.90.52 material permanente
Recurso	1.501.000 Recurso Próprio 1.660.000 Recurso Transferido

Unidade Gestora:	Fundo Municipal de Assistência Social
Órgão Orçamentário	17000 Secretaria de Assistência Social e Direitos Humanos
Und. Orçamentária	17002 Fundo Municipal de Assistência Social
Função	8 Assistência Social
Subfunção	243 Assistência à Criança e ao Adolescente
Ação	2424 Manutenção das Ações de Proteção Especial de Alta Complexidade - Acolhimento
Elemento	4.4.90.52 material permanente
Recurso	1.501.000 Recurso Próprio

**MUNICÍPIO DE GARANHUNS**

	1.660.000 Recurso Transferido
--	-------------------------------

Unidade Gestora:	Fundo Municipal de Assistência Social
Órgão Orçamentário	17000 Secretaria de Assistência Social e Direitos Humanos
Und. Orçamentária	17002 Fundo Municipal de Assistência Social
Função	8 Assistência Social
Subfunção	243 Assistência à Criança e ao Adolescente
Ação	2435 Manutenção das Ações do Serviço de Acolhimento Municipal – Criança e Adolescente
Elemento	4.4.90.52 material permanente
Recurso	1.501.000 Recurso Próprio 1.660.000 Recurso Transferido

Unidade Gestora:	Fundo Municipal de Assistência Social
Órgão Orçamentário	17000 Secretaria de Assistência Social e Direitos Humanos
Und. Orçamentária	17002 Fundo Municipal de Assistência Social
Função	8 Assistência Social
Subfunção	244 Assistência Comunitária
Ação	2235 Manutenção das Ações e Atividades do Programa Integração AABB Comunidade
Elemento	4.4.90.52 material permanente
Recurso	1.501.000 Recurso Próprio 1.660.000 Recurso Transferido

Unidade Gestora:	Fundo Municipal de Assistência Social
Órgão Orçamentário	17000 Secretaria de Assistência Social e Direitos Humanos
Und. Orçamentária	17002 Fundo Municipal de Assistência Social
Função	8 Assistência Social
Subfunção	244 Assistência Comunitária
Ação	1077 Implantação e Estruturação da Cozinha Comunitária
Elemento	4.4.90.52 material permanente
Recurso	1.501.000 Recurso Próprio 1.660.000 Recurso Transferido

Unidade Gestora:	Fundo Municipal de Assistência Social
Órgão Orçamentário	17000 Secretaria de Assistência Social e Direitos Humanos
Und. Orçamentária	17002 Fundo Municipal de Assistência Social
Função	8 Assistência Social
Subfunção	244 Assistência Comunitária
Ação	2248 Manutenção das Ações e Atividades do Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família - PAIF
Elemento	4.4.90.52 material permanente
Recurso	1.501.000 Recurso Próprio 1.660.000 Recurso Transferido

Unidade Gestora:	Fundo Municipal de Assistência Social
Órgão Orçamentário	17000 Secretaria de Assistência Social e Direitos Humanos
Und. Orçamentária	17002 Fundo Municipal de Assistência Social
Função	8 Assistência Social
Subfunção	244 Assistência Comunitária
Ação	2250 Manutenção das Ações e Atividades de Proteção Social Básica



MUNICÍPIO DE GARANHUNS

	SCFV - FMAS
Elemento	4.4.90.52 material permanente
Recurso	1.501.000 Recurso Próprio 1.660.000 Recurso Transferido

Unidade Gestora:	Fundo Municipal de Assistência Social
Órgão Orçamentário	17000 Secretaria de Assistência Social e Direitos Humanos
Und. Orçamentária	17002 Fundo Municipal de Assistência Social
Função	8 Assistência Social
Subfunção	244 Assistência Comunitária
Ação	2399 Manutenção das atividades da Cozinha Comunitária
Elemento	4.4.90.52 material permanente
Recurso	1.501.000 Recurso Próprio 1.660.000 Recurso Transferido

Unidade Gestora:	Fundo Municipal de Assistência Social
Órgão Orçamentário	17000 Secretaria de Assistência Social e Direitos Humanos
Und. Orçamentária	17002 Fundo Municipal de Assistência Social
Função	8 Assistência Social
Subfunção	244 Assistência Comunitária
Ação	2417 Manutenção das Ações e Atividades Dos Centros de Referência Em Assistência Social – CRAS FEAS/FNAS/FMAS
Elemento	4.4.90.52 material permanente
Recurso	1.501.000 Recurso Próprio 1.660.000 Recurso Transferido

Unidade Gestora:	Fundo Municipal de Assistência Social
Órgão Orçamentário	17000 Secretaria de Assistência Social e Direitos Humanos
Und. Orçamentária	17002 Fundo Municipal de Assistência Social
Função	8 Assistência Social
Subfunção	244 Assistência Comunitária
Ação	2254 Manutenção das Ações e Atividades Dos Centros de Referência Especializada em Assistência Social – CREAS
Elemento	4.4.90.52 material permanente
Recurso	1.501.000 Recurso Próprio 1.660.000 Recurso Transferido

Unidade Gestora:	Fundo Municipal de Assistência Social
Órgão Orçamentário	17000 Secretaria de Assistência Social e Direitos Humanos
Und. Orçamentária	17002 Fundo Municipal de Assistência Social
Função	8 Assistência Social
Subfunção	244 Assistência Comunitária
Ação	2255 Manutenção das Ações do Serviço de Proteção e Atendimento Especializado à Família e Indivíduos - PAEFI
Elemento	4.4.90.52 material permanente
Recurso	1.501.000 Recurso Próprio 1.660.000 Recurso Transferido

Unidade Gestora:	Fundo Municipal de Assistência Social
Órgão Orçamentário	17000 Secretaria de Assistência Social e Direitos Humanos
Und. Orçamentária	17002 Fundo Municipal de Assistência Social



MUNICÍPIO DE GARANHUNS

Função	8 Assistência Social
Subfunção	244 Assistência Comunitária
Ação	2259 Manutenção das Ações e Atividades dos Programas de Benefícios Eventuais
Elemento	4.4.90.52 material permanente
Recurso	1.501.000 Recurso Próprio 1.660.000 Recurso Transferido

Unidade Gestora:	Fundo Municipal de Assistência Social
Órgão Orçamentário	17000 Secretaria de Assistência Social e Direitos Humanos
Und. Orçamentária	17002 Fundo Municipal de Assistência Social
Função	8 Assistência Social
Subfunção	244 Assistência Comunitária
Ação	2420 Manutenção das Ações e Atividades da Gestão do Programa Auxílio Brasil - Índice de Gestão Descentralizada do Programa Auxílio Brasil
Elemento	4.4.90.52 material permanente
Recurso	1.501.000 Recurso Próprio 1.660.000 Recurso Transferido

Unidade Gestora:	Fundo Municipal de Assistência Social
Órgão Orçamentário	17000 Secretaria de Assistência Social e Direitos Humanos
Und. Orçamentária	17002 Fundo Municipal de Assistência Social
Função	8 Assistência Social
Subfunção	244 Assistência Comunitária
Ação	236 Manutenção das Ações e Atividades do Serviço de Proteção Social em Situação de Calamidades Públicas e de Emergenciais
Elemento	4.4.90.52 material permanente
Recurso	1.501.000 Recurso Próprio 1.660.000 Recurso Transferido

Unidade Gestora:	Fundo Municipal de Assistência Social
Órgão Orçamentário	17000 Secretaria de Assistência Social e Direitos Humanos
Und. Orçamentária	17002 Fundo Municipal de Assistência Social
Função	8 Assistência Social
Subfunção	244 Assistência Comunitária
Ação	2425 Manutenção das Ações e Atividades do Piso Variável de Alta Complexidade PVAC
Elemento	4.4.90.52 material permanente
Recurso	1.501.000 Recurso Próprio 1.660.000 Recurso Transferido

13.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA FISCALIZAÇÃO E GESTÃO CONTRATUAL

14.1 A fiscalização do contrato ficará a cargo do servidor MARIA IZABEL CARDOSO DO NASCIMENTO VIANA, designado formalmente, através de portaria 337/2024 - GP, sendo o servidor responsável que deverá responder pelas atribuições inerentes ao Fiscal do Contrato, nos termos do Art. 23 da Lei Municipal nº 5.183 de 2023 e demais determinações dispostas no termo de referência.



MUNICÍPIO DE GARANHUNS

14.2 A gestão do contrato ficará a cargo do servidor EVALDO TEIXEIRA DE ARAUJO, designado formalmente, através de portaria 338/2024 - GP, sendo o servidor responsável que deverá responder pelas atribuições inerentes ao Fiscal do Contrato, nos termos do Art. 23 da Lei Municipal nº 5.183 de 2023 e demais determinações dispostas no termo de referência.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

15.1. As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

15.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

15.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – ALTERAÇÕES

16.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

16.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

16.3. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

16.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO

17.1. O presente contrato poderá ser alterado, com vistas ao restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro inicial, nas hipóteses previstas no art. 124 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, que venham a afetar os encargos do contratado ou as condições de execução do objeto contratual.

17.2. As partes reconhecem o direito ao reequilíbrio econômico-financeiro do contrato quando, por fato superveniente e imprevisível, ou previsível porém de consequências incalculáveis, houver alteração substancial das condições inicialmente pactuadas, que cause onerosidade excessiva ao contratado.

17.3. São causas que podem ensejar a revisão do contrato, dentre outras:

- a) Caso fortuito ou força maior devidamente comprovados;
- b) Fato do príncipe, quando a decisão administrativa afetar diretamente o contrato;
- c) Interferências imprevistas que dificultem a execução do contrato;
- d) Mudança de legislação, regulamentação ou normas técnicas aplicáveis ao objeto do contrato,



MUNICÍPIO DE GARANHUNS

após a data de sua assinatura;

e) Oscilações extraordinárias de preços de materiais ou insumos indispensáveis para a execução do objeto contratual.

17.4. Para requerer o reequilíbrio econômico-financeiro, o contratado deverá apresentar solicitação formal à Administração, devidamente justificada e acompanhada da documentação comprobatória pertinente.

17.5. A Administração terá o prazo de 30 (trinta) dias, prorrogável por igual período mediante justificativa, para analisar o pleito e emitir decisão fundamentada.

17.6. Constatada a procedência do pedido de reequilíbrio, a Administração promoverá as medidas necessárias para recompor as condições originais do contrato, podendo, a seu critério, proceder ao aditamento contratual.

17.7. Não será concedido reequilíbrio econômico-financeiro em razão de má gestão administrativa ou financeira do contratado, nem por sua exclusiva responsabilidade.

18. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DOS CASOS OMISSOS

18.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais e municipais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

19. CLÁUSULA DÉCIMA NONA – PUBLICAÇÃO

19.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011 e Lei Municipal 3918/2013.

20. CLÁUSULA VIGÉSIMA – FORO

20.1. As partes elegeram o foro da Comarca de Garanhuns/PE, excluindo-se qualquer outro por mais privilegiado ou especial que seja, para dirimir qualquer dúvida ou ações, porventura, oriundas do presente contrato, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.

Garanhuns, de de 2024.

CONTRATANTE:

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE GARANHUNS

CNPJ: 10.782.874/0001-00

SECRETARIA XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

CONTRATADA:

(NOME/RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA)

(CNPJ)

(NOME DO REPRESENTANTE LEGAL)

(Nº CPF DO REPRESENTANTE LEGAL)



MUNICÍPIO DE GARANHUNS

ANEXO III- “MODELO” DECLARAÇÃO CONJUNTA

À
PREFEITURA MUNICIPAL DE GARANHUNS – PE
Ref.: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 012/2024

A empresa _____, inscrita no CNPJ/MF sob o nº _____ sediada na _____, Telefone _____, fax _____, e-mail _____, por intermédio de seu representante legal, infra-assinado, e para os fins do PREGÃO supracitado, DECLARA expressamente, sob as penalidades cabíveis, que:

- a) Não possui em seu quadro de pessoal empregado(s) com menos de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e de 16 (dezesesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, nos termos do inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal de 1998 (Lei nº.9.854/99).
- b) Detém conhecimento de todas as informações contidas neste edital e em seus anexos, e que a sua proposta atende integralmente aos requisitos constantes do edital supra;
- c) Cumpre plenamente os requisitos de habilitação exigidos no edital do certame licitatório;
- d) Que a localização da licitante está de acordo com o endereço de domicílio constante na documentação apresentada para o certame;
- e) Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas, nos termos do art. 63, IV, da Lei nº 14.133/2021;
- f) Apresenta proposta que compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo;
- g) Que NÃO foi declarada INIDÔNEA para licitar ou contratar com a Administração Pública, bem como assume o compromisso de comunicar qualquer fato ou evento superveniente após à entrega dos documentos de habilitação que venha alterar a atual situação quanto à capacidade jurídica, técnica, regularidade fiscal e idoneidade econômico-financeira;
- h) Que está enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa (se for o caso), cumpre os requisitos estabelecidos no art. 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021;
- i) Que na empresa acima qualificada, não existe sócio ou empregado com relação familiar ou parentesco no âmbito da Administração Pública Direta, Indireta e Fundacional dos Poderes



MUNICÍPIO DE GARANHUNS

Legislativo e Executivo Municipal, por cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de Agentes Públicos (Prefeito, Vice-Prefeito, Secretários Municipais, Procurador Geral do Município, e Vereadores) e de servidores investidos em cargo de direção, chefia ou assessoramento. Declaro ainda, que as informações prestadas são verdadeiras, assumindo a responsabilidade pelo. Seu inteiro teor, sob as penas da Lei;

- j) Não possui em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no Inciso III do art. 5º da Constituição Federal;
- k) Inexistem fatos supervenientes impeditivos para sua habilitação no presente processo licitatório, estando ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.
- l) A proposta apresentada para participar da presente Licitação foi elaborada de maneira independente pelo Licitante e o conteúdo da proposta não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer outro participante potencial ou de fato da presente Licitação, por qualquer meio ou por qualquer pessoa.

Local e Data

Assinatura e carimbo (representante legal da empresa)